



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E VINTE E SEIS SEIS DE MARÇO

Ata nº 1/2026

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, teve lugar a 1.ª Sessão Ordinária de 2026 da Assembleia Municipal de Coimbra, realizada em sessão descentralizada na União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila, nas instalações da Filarmónica da União Taveirense, com a seguinte ordem de trabalhos:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

I – ABERTURA DOS TRABALHOS

Informações da Presidente da Assembleia

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção dos Deputados Municipais

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção da Presidente da Câmara

Informação escrita da Presidente da Câmara à Assembleia Municipal

Grupos Políticos

2. Alteração Modificativa/Revisão ao Orçamento nº 1 de 2026 da Câmara Municipal e respetiva adenda

3. Incorporação do saldo da gerência de 2025 no orçamento dos SMTUC de 2026 e aprovação dos mapas de desempenho orçamental e de fluxos de caixa de 2025

3.1 Alteração Modificativa/Revisão ao Orçamento nº 1 de 2026 dos SMTUC



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

4. **Bonificações tarifárias no sistema intermodal - Enquadramento e Proposta de celebração de Contrato-Programa entre o Município de Coimbra e a AGIT (Agência para a Gestão do Sistema Intermodal da Região de Coimbra, E.I.M, S.A para o ano de 2026**
5. **Proposta de transformação da Companhia de Bombeiros Sapadores num Batalhão de Bombeiros Sapadores de Coimbra**
 - 5.1. **Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal 2026 e ao regulamento de organização dos serviços da Câmara Municipal de Coimbra**
6. **Contrato de Subconcessão de uso privativo de uma área onde se insere o Edifício de Passageiros (ID 4053) da Estação Nova, em Coimbra, no Ramal da Lousã, do domínio público ferroviário**
7. **Contrato de Cedência em Direito de Superfície do Terreno designado por “Campo de Aviação Bissaya Barreto”, entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e o Município de Coimbra - Minuta de contrato**
8. **Contrato de “Concessão de parcela de Terreno e de Prédio Urbano para Reabilitação da Piscinas de Celas e Construção, Concessão e Exploração do Centro Desportivo Integrado de Celas/Reabilitação do Campo Municipal da Arregaça” – Proposta de alteração da redação**
9. **Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Coimbra e a Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol (AAC/OAF) – Proposta de revisão da minuta**
10. **Plano Municipal de Integração de Migrantes**
11. **Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo de corrupção e infrações conexas do Município de Coimbra**
12. **AC, Águas de Coimbra, E.M. – Designação do Fiscal Único**
13. **Ata nº 2 Extraordinária /2026, de 16 de janeiro**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Participaram nesta sessão os seguintes membros da Assembleia Municipal:

Grupo Municipal do Partido Socialista (PS):

Eleitos diretos:

Maria Manuel de Lemos Leitão Marques; José Miguel Vasques dos Santos Franco; Luís Filipe Gonçalves da Silva; José António Cortesão; Helena do Rosário Henriques; Maria Natália Conde; Alexandre Dias Carreiro Santos Serra; José Carlos Santos de Almeida Clemente; Rogério Duarte Costa; Nuno Miguel Marques Sousa.

Eleitos por inerência:

Luís Miguel Ferreira Lemos; Paulo Roberto Santos; Fernando Jorge Lopes de Almeida; Marta Isabel Monteiro Cordeiro Ferro; Válder José Amaro dos Santos; Fernanda Maria Cardoso Ribeiro Antunes; Nuno Alexandre Dinis Martins de Carvalho; Rui Manuel Ferreira Marcelino Santos Costa; João António Sousa Pimenta; Laura Maria de Jesus Fonseca; João Paulo Silvestre Paulino; Horácio Valdemar Rodrigues Costa.

Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD)

Eleitos diretos:

Ricardo Miguel Freire Lopes; Paula Cristina Silva Dias Sanches Pinto Alves; Francisco Miguel Malveiro Sobral Ventura Rodrigues; Luís Miguel dos Santos Isabel Neves da Costa; Maria da Graça Marques Oliveira, Carlos de Almeida Figueiredo.

Eleitos por Inerência:

João Carlos Gaspar; Hélio Paulino; Carlos Rogério Antunes Pinto; António Cândido da Silva Mendes Malva; António Lopes Fernandes Teodoro.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos diretos:

Fernando Duque; Hugo Schonenberger de Oliveira

Eleito por Inerência:

Bertília Simão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Grupo Municipal do Nós Cidadãos (NC):

Eleitos diretos:

Lúcia Maria Loureiro Santos Ferraz; Lara Oliveira Roque Figueiredo Martins; Carlos Alberto Nunes da Silva

Grupo Municipal do CHEGA (CH):

Eleitos diretos:

Paulo Jorge Rodrigues Nogueira Seco; João Carlos Martins Pedrosa; Ana Patrícia Pereira Martins

Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos diretos:

Manuel Vaz Pires Rocha; António Fernando Teixeira.

Grupo Municipal do LIVRE (L)

Eleitos diretos:

Bruno Alexandre Silva Pedrosa; Graça Maria Jegundo Simões

Grupo Municipal do Pessoas Animais e Natureza (PAN)

Eleitos diretos:

João Pedro Dias Fontes da Costa; José João Jorge Lucas

Deputada Municipal do Bloco de Esquerda (BE):

Maria João Marques Paixão

Deputado Municipal da Iniciativa Liberal (IL):

Ana Catarina Graveto

Deputado Municipal do Partido Popular Monárquico (PPM):

António Manuel Cabral de Oliveira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Presenças da Câmara Municipal:

Além da Senhora Presidente da Câmara, Dra. Ana Abrunhosa, estiveram presentes os Vereadores, Miguel Antunes, Maria Margarida Silva; Luís Manuel Filipe; José Manuel da Silva; Ana Bastos; João Francisco Campos; Celso Ferreira, Maria Irene Portugal.

Mesa:

Presidiu à sessão a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Dra. Maria Manuel Leitão Marques, que foi secretariada por Graça Simões como Primeira Secretária, e João Paulino, como Segundo Secretário.

A Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram quinze horas.

Todas as substituições foram efetuadas nos termos do nº 1, artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, bem como nos termos do nº 1 do artigo 13º do Regimento da Assembleia Municipal.

Grupo Municipal do Partido Socialista (PS):

O Deputado Municipal **João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho** apresentou um pedido de suspensão por um período de seis meses e foi substituído por **Helena do Rosário Henriques**.

A Deputada Municipal **Carla Andrea dos Reis Violante** apresentou um pedido de suspensão para esta sessão e foi substituída por **Natália Maria Conde**.

O Deputado Municipal **José Ricardo Miranda Dias** apresentou um pedido de suspensão para esta sessão e foi substituído por **Nuno Miguel Marque Sousa**.

A Deputada Municipal **Rosa Isabel Cruz** apresentou um pedido de suspensão para esta sessão e foi substituída por **José António Cortesão**.

O Deputado Municipal **Jorge Manuel dos Santos Conde** apresentou um pedido de suspensão e foi substituído por **José Miguel Vasques dos Santos Franco**.

Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD):

O Deputado Municipal **José Francisco Pereira Rodeiro** apresentou pedido de suspensão para esta sessão e foi substituído por **João Carlos Gaspar**.

O Deputado Municipal **Luís Miguel Lopes Correia** apresentou pedido de suspensão para esta sessão e foi substituído por **Hélio Paulino**.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

A Deputada Municipal **Paula Ferreira da Silva** apresentou um pedido de suspensão para esta sessão e foi substituída por **Fernando Duque**.

Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU):

A Deputada Municipal **Luísa Silva** apresentou um pedido de suspensão para esta sessão e foi substituída por **António Fernando Teixeira**.

Intervenção da Presidente da Assembleia Municipal

Começou por dar as boas-vindas a todas e a todos – deputados, vereadores, Presidente da Câmara, cidadãos presentes – e dirigiu um agradecimento especial ao Presidente da União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila, Cândido Malva, pela inestimável colaboração na organização desta primeira sessão descentralizada, bem como à direção da Filarmónica da União Taveirense pelo acolhimento proporcionado.

Antes do início dos trabalhos, anunciou que a sessão seria aberta com uma homenagem ao Deputado João Pinto Ângelo, membro desta Assembleia durante 24 anos, recentemente falecido. Convidou o anterior Presidente da Assembleia, Luís Marinho, a associar-se ao momento, agradecendo a sua presença, assim como a da família do deputado homenageado.

Intervenção do Presidente da União de Freguesias (Cândido Malva)

Cumprimentou todos os presentes e expressou a sua satisfação por receber a Assembleia Municipal na sua freguesia pela primeira vez. Felicitou a iniciativa de descentralização das reuniões, considerando-a essencial para um conhecimento mais próximo da realidade das freguesias e das suas populações.

Agradeceu à sua equipa, à Filarmónica, aos estabelecimentos locais que apoiaram a visita matinal – nomeadamente o Bairro Municipal, a Locomotiva, o ICNF, a EB1 de Taveiro e o Centro de Dia – e encerrou reafirmando a sua disponibilidade para retribuir a visita às demais freguesias.

1. HOMENAGEM AO DEPUTADO JOÃO PINTO ÂNGELO

Intervenção da Presidente da Assembleia Municipal

A Presidente da Assembleia prestou homenagem ao deputado João Carlos Tavares Pinto Ângelo, descrevendo-o como uma pessoa de rigor, preparação e entrega à causa pública. Recordou que, mesmo durante a doença, o deputado manteve a sua participação ativa na Assembleia, tendo enviado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

um pedido de informação à Câmara no próprio dia ou na véspera do seu falecimento. Terminou com palavras de saudade e um abraço à família presente.

Intervenção da Deputada Lúcia Santos (NC)

A deputada prestou o seu testemunho pessoal e em nome da sua bancada, realçando a convicção com que João Pinto Ângelo defendia as causas em que acreditava, a cordialidade com que acolheu os novos deputados e a amizade que soube construir para além das diferenças políticas. Apresentou condolências à família, amigos e camaradas políticos.

Intervenção do Deputado Manuel Rocha (CDU)

O deputado, em nome da CDU e do PCP, prestou um sentido tributo ao líder do seu grupo político. Traçou o percurso humano e político de João Pinto Ângelo – filho da Alta de Coimbra, membro do PCP, eleito para esta Assembleia em 2002 e aí presente até ao fim da sua vida. Referiu o último e-mail que o deputado enviou aos seus camaradas, no leito do hospital, tratando ainda de assuntos da Assembleia. Salientou o seu sentido de missão e humanismo, terminando com a evocação do seu sorriso permanente e da sua paixão pela democracia.

Intervenção do Deputado Luis Silva (PS)

O deputado enalteceu a capacidade de João Pinto Ângelo para defender as suas convicções com garra e, simultaneamente, manter relações de amizade e empatia com os seus pares, independentemente das divergências políticas. Sublinhou que a política deve ser, ou voltar a ser, um espaço de reconhecimento mútuo, e que João Pinto Ângelo era exemplo máximo desse ideal.

Intervenção da Deputada Maria Paixão (BE)

A deputada recordou que, nos seus primeiros dias na Assembleia, foi João Pinto Ângelo o primeiro a apresentar-se, a acolhê-la e a colocar-se ao seu dispor. Agradeceu-lhe esse gesto de solidariedade e camaradagem.

Intervenção do Anterior Presidente da Assembleia (Luis Marinho)

O anterior Presidente da Assembleia Municipal testemunhou os dezasseis anos em que partilhou este espaço com João Pinto Ângelo, descrevendo-o como um construtor da cidade de Coimbra, cuja marca de exigência, rigor e vigilância está inscrita nas grandes decisões tomadas ao longo dos anos. Recordou, com admiração, a forma como o deputado chegava a esta sala – frequentemente após sessões de quimioterapia – e, ao entrar na ordem do dia, ressurgia na plenitude das suas capacidades.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Ricardo Lopes (PSD)

O deputado partilhou momentos de coincidência com João Pinto Ângelo – ambos eleitos pela primeira vez em 2001 – e transmitiu o voto de pesar do PSD de Coimbra, reconhecendo o envolvimento cívico do deputado e a dedicação às causas em que acreditava. Dirigiu um abraço espacial ao deputado Manuel Rocha e aos colegas da CDU.

Intervenção do Deputado Hugo Oliveira (CDS-PP)

Em nome do Grupo Municipal do CDS-PP, o deputado associou-se ao voto de pesar, destacando a presença constante, a preparação e a civilidade de João Pinto Ângelo. Recordou a sua última conversa na conferência de líderes, em que o deputado lhe falou com serenidade e ânimo sobre o novo ciclo de tratamentos. Defendeu que, num tempo em que a política se degrada em ruído e crispação, é justo homenagear quem honrou o mandato com coerência e sentido de responsabilidade.

Intervenção da Deputada Ana Martins (CH)

A deputada transmitiu o voto de pesar do Grupo Municipal do Chega, reconhecendo a participação ativa de João Pinto Ângelo na vida política e cívica de Coimbra durante mais de duas décadas. Sublinhou que, acima de qualquer divergência partidária, esta a dignidade de uma vida humana, e que a memória do deputado deve ser guardada com respeito.

Intervenção da Presidente da Assembleia Municipal

Concluídas as intervenções no âmbito da homenagem ao Deputado João Pinto Ângelo, a Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a todos os intervenientes pelas palavras proferidas em sua homenagem, bem como à equipa da Câmara Municipal pela preparação, na véspera, de um vídeo evocativo com algumas das intervenções do Deputado, sublinhando tratar-se de uma breve seleção face ao vasto contributo que deixou, mesmo para aqueles que apenas mais recentemente tiveram oportunidade de o acompanhar.

De seguida, colocou à votação o respetivo voto de pesar.

Deliberação nº6/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar o Voto de Pesar ao Deputado João Pinto Ângelo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

I-ABERTURA DOS TRABALHOS

Informações da Presidente da Assembleia

A Presidente da Assembleia Municipal Constatou a existência de *Quórum* e, face à inexistência de objeções, declarou a *aprovação da Ordem de Trabalhos* e respetiva adenda.

Intervenção da Presidente da Assembleia Municipal

Informou sobre o preenchimento de vagas, na sequência de pedidos de suspensão e substituições, tendo os Deputados em causa sido substituídos pelos respetivos eleitos seguintes das listas e substitutos legais, a quem deu as boas-vindas.

Não havendo objeções, a Presidente da Assembleia Municipal declarou aprovada a ordem de trabalhos previamente distribuída pelos membros da Assembleia, incluindo a respetiva adenda, e propôs que o ponto em aditamento, “Licença Precária de uso privativo de terrenos pertencentes ao Domínio Público Rodoviário, sítios no IC2, no concelho de Coimbra”, fosse integrado como ponto 12 da ordem de trabalhos.

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção da Presidente da Assembleia Municipal

No início da apreciação dos pontos constantes da ordem do dia, Presidente da Assembleia Municipal informou que se daria início com a apreciação da moção de censura relativa à nomeação da Vereadora Maria Alencastro de Portugal para a Administração do ITAP, apresentada pela Deputada Catarina Graveto, da Iniciativa Liberal.

Mais informou que, para esta e para as demais moções e recomendações, seria concedida a palavra ao proponente pelo período de um minuto, seguindo-se as intervenções dos Deputados, de acordo com as inscrições.

Intervenção da Deputada Municipal Catarina Graveto (IL)

Apresentou a moção de censura relativa à nomeação da Vereadora Maria Alencastro de Portugal para a Administração do ITAP.

Na sua intervenção, considerou que a referida nomeação não resultou de critérios de mérito ou de transparência, mas antes de conveniência política, criticando a ausência de concurso e de fundamentação baseada em qualificações objetivas. Referiu, ainda, que as justificações apresentadas para a escolha não evidenciam adequação às funções em causa, questionando a legitimidade do processo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Afirmou igualmente que a não tomada de posição sobre a matéria poderá traduzir-se numa aceitação tácita da situação, defendendo que o ITAP, enquanto instituição de ensino profissional relevante para o concelho, deve pautar-se por critérios de mérito, transparência e interesse público.

Concluiu sublinhando que Coimbra exige decisões assentes em princípios de rigor, ética e responsabilidade.

Intervenção do Deputado Municipal Manuel Rocha (CDU)

Referiu que as nomeações para cargos de natureza técnica devem assentar em critérios de competência e adequação às funções.

Considerou não ser necessária uma separação absoluta entre cargos políticos e funções de administração no universo municipal, mas defendeu que tal exige especial rigor na escolha.

No caso em apreço, manifestou dúvidas quanto à adequação da nomeação às exigências de uma instituição de ensino, sublinhando a importância de conhecimento na área da educação para o exercício dessas funções.

Intervenção do Deputado Municipal Hugo Oliveira (CDS-PP)

Considerou politicamente grave a eventual coincidência entre um voto determinante para a estabilidade da maioria municipal e a atribuição de funções executivas remuneradas no âmbito de entidade integrada no universo municipal.

Referiu que, ainda que a situação possa revestir conformidade legal, a mesma suscita reservas quanto à independência, transparência e respeito pelo mandato eleitoral, sublinhando que as instituições públicas não devem ser percecionadas como instrumentos de consolidação de maiorias políticas, devendo antes pautar-se por elevados padrões de rigor e mérito.

Acrescentou, por fim, que, não obstante reconhecer a pertinência das questões suscitadas na moção, o CDS-PP entende que deveria ter sido previamente envolvido na sua elaboração, motivo pelo qual, por razões de coerência política, optaria pela abstenção.

Intervenção do Deputado Municipal Bruno Pedrosa (L)

Apresentou a proposta de recomendação intitulada “Município mais preparado, população mais protegida”.

Na sua intervenção, referiu que os recentes episódios de precipitação extrema e o risco de cheia do rio Mondego evidenciam a vulnerabilidade do concelho a fenómenos climáticos severos, cuja frequência tenderá a aumentar, sublinhando, contudo, a capacidade de resposta das instituições e da população quando atuam de forma articulada.

Explicou que a proposta assenta na necessidade de reforçar a preparação do Município, propondo, entre outras medidas, o melhor mapeamento de infraestruturas críticas, o reforço da autonomia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

energética de serviços essenciais, a promoção de campanhas de sensibilização da população e a disponibilização de kits de emergência para famílias mais vulneráveis.

Referiu ainda que a União Europeia recomenda que os cidadãos estejam preparados para assegurar a sua autonomia durante 72 horas em situações de crise, salientando que a proposta se enquadra numa lógica de prevenção, planeamento e responsabilidade pública.

Concluiu destacando que um município mais preparado contribui para uma população mais protegida.

Intervenção do Deputado Municipal João Costa (PAN)

Na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Proteção e Ordenamento do Território, apresentou o voto de louvor pelo exemplar serviço público prestado durante o recente ciclo de tempestades que afetou o concelho de Coimbra.

Referiu que a proposta visa manifestar reconhecimento e apreço por todas as pessoas, serviços e entidades envolvidos na resposta à situação, destacando a liderança da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e do Senhor Vereador com o pelouro, bem como a atuação da Proteção Civil Municipal, que assegurou a coordenação operacional, a avaliação das condições de segurança e a articulação entre entidades.

Salientou, ainda, a colaboração com as estruturas regionais de emergência e proteção civil, bem como o contributo dos serviços municipais, juntas de freguesia, bombeiros, forças de segurança, Forças Armadas, Cruz Vermelha Portuguesa, entidades da Administração Central e demais instituições e voluntários, que prestaram apoio às populações e ao tecido económico local.

Destacou, por fim, a resiliência e o espírito de solidariedade demonstrados pela população do concelho.

Concluiu propondo a aprovação de um voto de louvor a todas as pessoas, serviços e entidades envolvidos, reconhecendo o seu profissionalismo, dedicação, espírito de missão e exemplar serviço público.

Intervenção da Deputada Municipal Ana Martins (CH)

Referiu que a cidade de Coimbra atravessou recentemente um período particularmente exigente, marcado por várias tempestades e cheias, que colocaram à prova a capacidade de resposta das instituições, mas que também evidenciaram o espírito solidário da comunidade.

Sublinhou que é nestes momentos que se destacam aqueles que assumem responsabilidades e garantem, com serenidade, a continuidade do funcionamento da cidade e a proteção das populações.

Neste contexto, informou que o Grupo Municipal do Chega apresentou um voto de louvor ao Comandante Sub-regional de Emergência e Proteção Civil de Coimbra, Carlos Luís Tavares, destacando a liderança demonstrada e a coordenação de uma resposta complexa de proteção e socorro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Referiu que este reconhecimento se estende a todos os que estiveram no terreno, nomeadamente cidadãos, estruturas de proteção civil, forças de coordenação, Forças Armadas, bombeiros, PSP, GNR, Polícia Municipal, Executivo Municipal, juntas de freguesia, Agência Portuguesa do Ambiente e trabalhadores de serviços essenciais, que asseguraram funções vitais em circunstâncias particularmente difíceis.

Acrescentou, contudo, que o reconhecimento de quem esteve na linha da frente deve ser acompanhado por medidas de apoio a quem sofreu diretamente os impactos destes fenómenos.

Nesse sentido, indicou que o Grupo Municipal do Chega apresentou duas propostas de recomendação: a isenção de IMI para imóveis afetados pela tempestade e a isenção da derrama para empresas que registaram prejuízos, com o objetivo de aliviar o esforço financeiro das famílias e do tecido empresarial na fase de recuperação.

Intervenção do Deputado Ricardo Lopes (PSD)

Relativamente às propostas apresentadas pelo Grupo Municipal do CHEGA, no que respeita à isenção de IMI e de derrama, referiu que as mesmas já haviam sido apresentadas no Executivo pelo Senhor Vereador Francisco Veiga, razão pela qual manifestou o sentido de voto favorável.

Intervenção do Deputado Municipal Luís Silva (PS)

Relativamente às moções em apreciação, referiu que o seu grupo acompanha o voto de louvor apresentado pela Comissão Permanente de Proteção e Ordenamento do Território, por considerar que o mesmo reconhece de forma abrangente todas as pessoas, serviços e entidades envolvidas na resposta às tempestades.

Quanto ao voto de louvor apresentado pelo Grupo Municipal do CHEGA, entendeu que o mesmo personaliza excessivamente o reconhecimento, considerando-o redundante face ao anteriormente referido, pelo que apelou à sua retirada em favor de uma abordagem mais abrangente e coletiva.

No que respeita às propostas de recomendação relativas à isenção de IMI e de derrama, reconheceu a intenção positiva, mas considerou que carecem de maior fundamentação, critérios e definição de âmbito, alertando para o risco de duplicação de apoios e sublinhando a necessidade de articulação com as medidas a implementar pelo Governo, designadamente através da unidade de missão anunciada para resposta aos danos causados pelas intempéries.

Relativamente à moção de censura apresentada pela Iniciativa Liberal, informou que o seu grupo votaria contra, considerando que a mesma assenta numa situação ainda não formalizada e que não devem ser estabelecidas regras gerais com base em casos concretos. Defendeu, ainda, que as entidades do universo municipal integram a estratégia política do Município, pelo que a sua gestão não deve ser entendida como meramente técnica, sendo a sua orientação e fiscalização competências dos órgãos autárquicos.

Por fim, quanto à proposta de recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do Livre, manifestou concordância, considerando pertinente o reforço da preparação do Município e da população face a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

fenómenos climáticos extremos, nomeadamente através de medidas de sensibilização e de promoção de meios de autoproteção, anunciando o sentido de voto favorável.

Intervenção da Presidente da Assembleia Municipal

Informou que existiam inscrições para intervir no período antes da ordem do dia, as quais seriam consideradas após a fase de votações.

Esclareceu que a sua intenção era proceder de imediato à votação das moções, votos de louvor e recomendações, retomando posteriormente as intervenções inscritas, por considerar que, tendo os assuntos sido recentemente debatidos, se encontravam ainda presentes na memória dos Senhores Deputados, admitindo, contudo, solução diferente caso assim fosse entendido.

Entretanto, foi suscitada a questão da eventual retirada do voto de louvor apresentado pelo Grupo Municipal do CHEGA, por se considerar que o mesmo se encontraria abrangido pelo voto de louvor apresentado pela Comissão Permanente de Proteção e Ordenamento do Território. Questionado o Grupo Municipal do CHEGA sobre essa possibilidade, foi indicado que mantinha a proposta.

De seguida, a Presidente informou que se procederia às votações das moções, votos de louvor e recomendações, retomando posteriormente o período antes da ordem do dia.

Deliberação nº 7/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por maioria, de 10 votos a favor; (3-NC; 3-CH; 2-PSD; 1-IL; 1-BE), 27 contra (21-PS; 2-PAN; 2-L; 2-CDU) e 13 abstenções (9-PSD; 3-CDS-PP; 1-PPM), rejeitar, conforme a votação acima, a “Moção de Censura – Nomeação da Vereadora Maria Lencastre Portugal para a administração do ITAP”, proposta pela Deputada Municipal Catarina Graveto da IL.

A presente deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

Moção de Censura - Deputada Municipal Catarina Graveto (IL)

“Pela separação entre o exercício de cargos políticos e a administração de entidades do universo municipal

A Iniciativa Liberal entende que a gestão da coisa pública exige um distanciamento absoluto e profilático entre o exercício do poder político e a ocupação de cargos de administração em entidades municipais ou participadas.

A nomeação da Vereadora Maria Lencastre Portugal para a administração da PRODESO / ITAP, por decisão da Dra. Ana Abrunhosa, configura um ato de profunda imoralidade política que não pode ser ignorado nem normalizado.

Neste caso, independentemente do currículo da visada — que não é o objeto desta moção, mas sim a arquitetura ética do sistema — a ocupação destes cargos não pode, em circunstância alguma, levantar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

dúvidas quanto à sua motivação ou servir como instrumento de conveniência para viabilizar maiorias ou equilíbrios de poder.

Uma democracia madura exige que quem fiscaliza não coincida com quem é fiscalizado. Quando um membro do executivo assume a gestão direta de uma instituição dependente da estratégia municipal, quebra-se o princípio da separação de poderes e instala-se um conflito de interesses estrutural que mina a confiança dos cidadãos.

Pelo respeito aos coimbricenses, pela integridade das nossas instituições e pelo superior interesse da escola, este ato representa um precedente perigoso. O ITAP, os seus alunos, docentes e funcionários merecem uma gestão técnica, isenta e blindada a jogos de cintura políticos.

A convergência entre o cargo de eleito e o de administrador em entidades do universo municipal é um ato que urge banir, em nome da regeneração democrática e da dignidade da vida pública. Coimbra não pode ser refém de uma política que confunde o serviço público com a ocupação de espaços de influência.

Assim, a Assembleia Municipal de Coimbra delibera:

1. Manifestar preocupação institucional perante a acumulação de funções entre cargos políticos executivos e cargos de administração em entidades do universo municipal.
2. Recomendar que seja salvaguardado o princípio da separação entre funções políticas e funções de gestão em entidades dependentes da estratégia municipal.
3. Reafirmar a necessidade de práticas de governação transparentes, eticamente robustas e orientadas para o interesse público.”

Deliberação nº 8/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por maioria, de 43 votos a favor (21-PS; 8-PSD; 3-NC; 3-CDS-PP; 2-PAN; 2-L; 2-CDU; 1-IL; 1-BE), 1 voto contra (1-PS) e 7 abstenções (3-PSD; 3-CH; 1-PPM), aprovar o “Proposta de recomendação “Município mais preparado, população mais protegida”, proposta pelo Grupo Municipal do Livre.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Proposta de Recomendação - Grupo Municipal do Livre

“Município mais preparado, população mais protegida

Identificação de infraestruturas críticas, sensibilização e distribuição de kits de emergência

Nos últimos meses, o Município de Coimbra foi afetado por uma sucessão de fenómenos meteorológicos extremos, integrados no chamado “comboio de tempestades”, com especial destaque para a tempestade Kristin e para os episódios subsequentes de precipitação intensa que colocaram a cidade perante o risco de cheia centenária do Rio Mondego.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A conjugação de precipitação extrema, aumento dos caudais e vulnerabilidades estruturais demonstrou que Coimbra, pela sua localização na bacia do Mondego e pela configuração da Baixa e zonas ribeirinhas, permanece particularmente exposta a eventos hidrológicos severos. Estes episódios provocaram inundações, constrangimentos na mobilidade, danos em infraestruturas e preocupação legítima da população.

O primeiro pensamento deve estar com os cidadãos afetados, os comerciantes, as instituições e todos os que sofreram prejuízos. A reposição célere das condições de segurança, habitabilidade, mobilidade e funcionamento dos serviços públicos exige articulação entre Município, Governo e entidades responsáveis pela gestão da bacia hidrográfica.

Contudo, importa também retirar lições estruturais destes acontecimentos.

A ciência climática aponta para um aumento da frequência e intensidade de fenómenos meteorológicos extremos. Coimbra, enquanto cidade ribeirinha com património histórico classificado, infraestruturas críticas concentradas e forte população estudantil e envelhecida, necessita de reforçar a sua capacidade de antecipação, mitigação e resposta a crises complexas.

A proteção das infraestruturas críticas — abastecimento de água, saneamento, energia, telecomunicações, equipamentos de saúde, mobilidade, proteção civil e equipamentos sociais — assume carácter prioritário, dado que a sua interrupção tem impacto direto na segurança da população e no funcionamento da cidade.

Paralelamente, a preparação individual e comunitária deixou de ser um cenário hipotético para se afirmar como necessidade prática. A Estratégia da União Europeia para uma União da Preparação recomenda a promoção de uma cultura de prontidão e autossuficiência mínima de 72 horas em situações de crise, através da criação de kits de emergência e da capacitação da população (fonte: https://commission.europa.eu/topics/preparedness_pt).

Neste contexto, entende-se que o Município de Coimbra pode assumir um papel ativo e exemplar na promoção da resiliência territorial e da preparação da sua comunidade adotando um conjunto de medidas concretas a enquadrar no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil e/ou no Plano Municipal de Ação Climática e a implementar tão breve quanto possível (idealmente num prazo de 12 meses).

Face ao exposto, o Grupo Municipal do LIVRE propõe que a Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em sessão ordinária de 6 de março de 2026, delibere recomendar à Câmara Municipal de Coimbra que:

1. Proceda ao levantamento e mapeamento atualizado das infraestruturas críticas municipais através da criação e implementação de um Sistema Georreferenciado Integrado de Apoio às Ações de Emergência e Salvamento que assegure a identificação, localização e gestão, em plataforma única, de todas as infraestruturas municipais, equipamentos e recursos essenciais ao socorro em situação de catástrofe, visando reforçar a coordenação operacional, a eficácia da resposta e a proteção de pessoas e bens;
2. Avalie e implemente soluções de autonomia energética de emergência em articulação com o Governo nas infraestruturas críticas municipais, nomeadamente através da instalação de sistemas de painéis solares, baterias e inversores adequados para permitir o seu funcionamento autónomo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

fora da rede elétrica, complementando os geradores a combustível existentes e aqueles que, na sequência deste levantamento, se conclua ser necessário adquirir;

3. Desenvolva campanhas municipais de sensibilização pública sobre preparação para emergências, incluindo informação clara sobre criação e manutenção de kits de emergência domésticos;
4. Crie um programa municipal de apoio à disponibilização de kits de emergência para agregados familiares em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica;
5. Promova simulacros regulares e ações de formação comunitária, em articulação com a Proteção Civil, juntas de freguesia, instituições de ensino e associações locais, reforçando a cultura de prevenção e resposta.”

Deliberação nº 9/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por maioria, de 45 votos, a favor (22-PS; 7-PSD; 3-NC; 3-CH; 2-CDS-PP; 2-PAN; 2-CDU; 2-L; 1-IL; 1-BE) e 6 abstenções (4-PSD; 1-CDS-PP; 1-PPM), aprovar o “Voto de Louvor pelo exemplar serviço público prestado durante as tempestades”, proposta pela Comissão de Proteção, Ambiente e de Ordenamento do Território.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Voto de Louvor – Comissão de Proteção, Ambiente e de Ordenamento do Território

“Voto de Louvor pelo Exemplar Serviço Público Prestado durante as Tempestades

A Comissão de Proteção, Ambiente e de Ordenamento do Território manifesta o seu profundo reconhecimento e apreço por todas as pessoas, serviços e entidades que integraram a resposta ao recente ciclo de tempestades que afetou gravemente o concelho de Coimbra.

As sucessivas depressões atmosféricas que atingiram o país provocaram danos significativos em diversas zonas do município, exigindo uma atuação rápida, coordenada e tecnicamente exigente. A Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Ana Abrunhosa, e o Vereador Ricardo Lino assumiram uma liderança firme e presente, assegurando a articulação entre serviços municipais, forças de proteção e populações, numa comunicação clara e transparente que foi publicamente reconhecida por diversas entidades nacionais.

A Proteção Civil Municipal, sob coordenação de Andreia Rodrigues, desempenhou um papel central na avaliação permanente das condições de segurança, na coordenação interinstitucional e no acompanhamento técnico das zonas mais críticas, incluindo áreas com cheias, derrocadas, queda de árvores e risco acrescido em estreita articulação com o Comandante Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil da Região de Coimbra, Carlos Tavares e o comandante da Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra, Paulo Palrilha que revelaram a sua competente preparação e capacidade de resposta.

A Comissão destaca igualmente o trabalho incansável:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- dos serviços municipais de obras, ambiente, espaço público, águas e saneamento;
- das juntas de freguesia, sempre próximas das populações;
- dos Bombeiros Sapadores, Bombeiros Voluntários, Sapadores Florestais, Cruz Vermelha Portuguesa, Forças Armadas e Forças de Segurança (PSP, GNR e Polícia Municipal);
- da Agência Portuguesa do Ambiente, Infraestruturas de Portugal, E-Redes e outras entidades da administração central envolvidas;
- das instituições sociais, associações, coletividades e voluntários que prestaram apoio direto às populações e ao comércio local;
- da população do concelho, que demonstrou resiliência, colaboração e espírito comunitário num momento de grande exigência.

A resposta conjunta permitiu minimizar danos, apoiar famílias e empresas, garantir informação clara e assegurar condições de segurança. A Comissão considera essencial que, na sequência deste episódio meteorológico extremo, se aprofunde o trabalho de prevenção, planeamento e resiliência do concelho, reforçando instrumentos de monitorização e alerta precoce, atualizando planos municipais de emergência e consolidando protocolos de articulação interinstitucional.

Assim, a Comissão Permanente de Proteção, Ambiente e do Ordenamento do Território propõe um Voto de Louvor a todas as pessoas, serviços e entidades envolvidas, reconhecendo o seu profissionalismo, dedicação, espírito de missão e exemplar serviço público prestado ao concelho de Coimbra.”

Deliberação nº 10/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por maioria de 10 votos a favor (3-CH; 3-CDS-PP; 2-CDU; 1-NC; 1-IL) 7 votos contra (6-PS; 1-PSD) e 34 abstenções (16-PS; 10-PSD; 2-PAN; 2-NC; 2-L; 1-BE; 1-PPM), aprovar o “Voto de Louvor - Comandante Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil de Coimbra, Dr. Carlos Luís Tavares” proposto pelo Grupo Municipal do Chega.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Voto de Louvor - Grupo Municipal do Chega

“Voto de Louvor à atuação do Comandante Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil de Coimbra, Dr. Carlos Luís Tavares.

Exposição de Motivos:

Entre finais de janeiro e meados de fevereiro de 2026, o Distrito/Concelho de Coimbra foi duramente fustigado por uma sucessão de episódios meteorológicos extremos, com particular destaque para a depressão Tempestade Kristin (iniciada a 28 de janeiro), seguida das depressões Leonardo e Marta,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

que provocaram ventos violentos com rajadas superiores a 200 km/h em vários concelhos, chuvas torrenciais, inundações generalizadas, transbordamento e rutura de diques do rio Mondego, colapso parcial da autoestrada A1, quedas massivas de árvores, cortes de vias rodoviárias, desalojamento de milhares de cidadãos e, lamentavelmente, a perda de vidas humanas.

Considerando a gravidade e a escala das ocorrências, que exigiram uma mobilização sem precedentes de meios e uma coordenação operacional complexa para proteger vidas, mitigar danos em infraestruturas críticas e restabelecer progressivamente a normalidade nas zonas mais afetadas, incluindo o Baixo Mondego.

O papel decisivo e exemplar desempenhado pelo Dr. Carlos Luís Tavares, na qualidade de Comandante Sub-regional de Emergência e Proteção Civil da Região de Coimbra, cuja liderança serena, competência técnica comprovada, capacidade de decisão rápida em contexto de elevado risco e habilidade na articulação interinstitucional foram fatores determinantes para o êxito global das operações de socorro e proteção civil.

A sua direta coordenação e comando, as diversas forças e entidades operacionais — Bombeiros Voluntários e Sapadores de todo o distrito, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Forças Armadas, serviços municipais de proteção civil, Cruz Vermelha Portuguesa, equipas especializadas da Agência Portuguesa do Ambiente, sapadores florestais e demais agentes de emergência — atuaram com notável profissionalismo, abnegação e coragem, executando resgates, evacuações, contenção de cheias e restabelecimento de acessos em condições extremas.

Considerando o amplo reconhecimento público, por parte da população, autarquias locais, autoridades nacionais e até ex-responsáveis da estrutura nacional de proteção civil, da forma impecável como o Comandante Sub-regional Dr. Carlos Luís Tavares dirigiu as operações, evitando cenários ainda mais catastróficos e demonstrando elevadíssimo sentido de serviço público;

Voto de Louvor

Face ao Exposto, o Grupo Municipal do Partido CHEGA de Coimbra propõe que a Assembleia Municipal de Coimbra:

1) Aprove um Voto de Louvor ao Comandante Sub-regional de Emergência e Proteção Civil da Região de Coimbra, Dr. Carlos Luís Tavares, pela sua excecional liderança, dedicação incansável, competência operacional e coordenação exemplar durante as tempestades e inundações que assolaram o Distrito/Concelho de Coimbra em 2026;

2) Envie cópias deste Voto à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e ao Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil de Coimbra, para que tenham conhecimento do meso;

Este Voto não só enaltece o trabalho árduo do Comandante Sub-Regional, mas também valoriza e louva todos os elementos que constituem esta instituição, em Coimbra.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº 11/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por maioria de 21 votos a favor (11-PSD; 3-NC; 3-CH; 2-CDS-PP; 1-IL; 1-BE) 6 votos contra (4-PS; 2-L) e 24 abstenções (18-PS; 2-PAN; 2-CDU; 1-CDS-PP; 1-PPM), aprovar a “Proposta de Recomendação de isenção de Imposto sobre o IMI no ano de 2026” proposta pelo Grupo Municipal do Chega.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Proposta de Recomendação - Grupo Municipal do Chega

“Proposta de Recomendação para a Isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para todos os imóveis afetados pela Tempestade Kristin, no ano de 2026.

Exposição de Motivos:

O Grupo Municipal do Partido CHEGA apresenta a Proposta de Recomendação, nos termos do Regimento da Assembleia Municipal de Coimbra, com o objetivo de recomendar à Câmara Municipal de Coimbra a adoção de medidas excecionais de apoio aos munícipes afetados pela Tempestade Kristin, que assolou o Concelho de Coimbra no final de janeiro e inícios de fevereiro de 2026.

A Tempestade Kristin, atingiu com grande intensidade o nosso Concelho de Coimbra, com ventos que chegaram a mais de 150 km/h, chuvas intensas e efeitos devastadores em várias localidades. Esta tempestade causou um rasto de destruição invulgar, com inundações, com quedas de árvores, danos em infraestruturas, interrupções no fornecimento de energia elétrica e telecomunicações, afetando milhares de coimbricenses. Em Coimbra, os impactos foram particularmente visíveis, com imagens virais nas redes sociais a mostrar a força da água, dos ventos e os estragos causados, incluindo danos em estruturas urbanas e rurais.

Estes eventos naturais, não só geraram prejuízos materiais significativos, mas também agravaram a situação económica de famílias e empresas, num contexto de recuperação pós-calamidade.

A isenção do IMI para o ano de 2026 representa uma medida de solidariedade municipal, alinhada com o princípio de apoio às vítimas de catástrofes naturais, permitindo aliviar o fardo fiscal sobre os proprietários de imóveis danificados. Esta medida é justificada pela necessidade de fomentar a reconstrução e a resiliência da comunidade coimbrense, evitando que os afetados enfrentem encargos adicionais num período de vulnerabilidade social e económica.

Proposta de Recomendação

Face ao Exposto, o Grupo Municipal do Partido CHEGA de Coimbra recomenda que a Assembleia Municipal de Coimbra:

1) Delibere favoravelmente a isenção total do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2026, aplicável a todos os imóveis localizados no concelho de Coimbra que tenham sido afetados pela Tempestade Kristin, comprovados através de relatórios técnicos ou declarações oficiais das autoridades competentes (como a Proteção Civil ou serviços municipais);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

2) A criação de um procedimento simplificado e célere para a identificação e verificação dos imóveis elegíveis, envolvendo a colaboração entre os serviços municipais, a Autoridade Tributária e Aduaneira e as juntas de freguesia.;

3) A divulgação ampla desta medida junto dos munícipes, através de canais oficiais da Câmara Municipal, para garantir o acesso equitativo e transparente ao benefício, apenas e só aos munícipes severamente afetados.

4) A solicitação de apoio financeiro ao Governo Central, se necessário, para compensar eventuais perdas de receita municipal decorrentes desta isenção, assegurando a sustentabilidade das finanças locais.

Esta proposta visa promover a justiça social e o apoio à recuperação, refletindo os valores de solidariedade defendidos pelo Partido CHEGA, mas sobretudo, pelos valores de justiça, bem-estar e qualidade de vida social constitucionalmente consagrados.”

Deliberação nº 12/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por maioria de 21 votos a favor (11-PSD; 3-NC; 3-CH; 2-CDS-PP; 1-IL; 1-BE) 3 votos contra (2-L; 1-PS) e 27 abstenções (21-PS; 2-PAN; 2-CDU; 1-CDS-PP; 1-PPM), aprovar a “Proposta de Recomendação para isenção de Derrama para todas as empresas afetadas pela Tempestade Kristin, no ano de 2026” proposta pelo Grupo Municipal do Chega.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Proposta de Recomendação - Grupo Municipal do Chega

“Proposta de Recomendação para a Isenção de Derrama para todas as empresas afetados pela Tempestade Kristin, no ano de 2026.

Exposição de Motivos:

A Tempestade Kristin, que assolou o Concelho de Coimbra em finais de janeiro e inícios de fevereiro de 2026, representou um evento climático extremo de proporções devastadoras, com impactos profundos na economia local, nas infraestruturas e na vida quotidiana dos conimbricenses e das empresas. Registaram-se inundações severas, danos em edifícios comerciais e residenciais, interrupções no fornecimento de energia, telecomunicações e água, havendo perdas significativas em setores chave como o comércio, a agricultura, o turismo e a indústria.

De acordo com relatórios preliminares das autoridades competentes, milhares de famílias e o tecido empresarial foram diretamente afetadas, com prejuízos estimados em milhões de euros, agravando a vulnerabilidade económica num contexto de recuperação pós-pandemia e instabilidade global.

A Derrama, enquanto taxa municipal adicional ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), constitui um encargo fiscal que, embora necessário para o financiamento das autarquias, pode tornar-se um fardo insustentável para entidades já fragilizadas por catástrofes naturais. A isenção desta taxa para o ano de 2026, podendo ser prorrogada por mais um ano, direcionada exclusivamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

às empresas e contribuintes diretamente afetados pela Tempestade Kristin, não só aliviaria a pressão financeira imediata, como fomentaria a recuperação económica, a manutenção de postos de trabalho e a resiliência do tecido empresarial local.

Esta medida alinha-se com princípios de solidariedade social e equidade fiscal, consagrados na Constituição da República Portuguesa (artigo 104.º, que defende a justiça fiscal) e em legislação europeia sobre apoios a desastres naturais, como o Fundo de Solidariedade da União Europeia.

Ademais, precedentes históricos em Portugal, como as isenções fiscais concedidas após os incêndios de 2017 ou as cheias de 2020 em vários concelhos, demonstram que tais intervenções não só aceleram a reconstrução, mas também geram um retorno positivo para as finanças públicas a médio prazo, através do aumento da atividade económica e da base tributária. Negar esta isenção equivaleria a penalizar duplamente as vítimas de um evento imprevisível e incontroável, contrariando o dever de proteção do Estado e das autarquias para com os seus cidadãos.

Assim, esta proposta visa promover a justiça social, o desenvolvimento sustentável e a coesão territorial, beneficiando toda a comunidade conimbricense sem comprometer o equilíbrio orçamental municipal, uma vez que os impactos da Derrama representam uma fração minoritária das receitas totais.

Proposta de Recomendação

Face ao Exposto, o Grupo Municipal do Partido CHEGA de Coimbra recomenda que a Assembleia Municipal de Coimbra:

- 1) *Adotem a isenção total da Derrama para o ano fiscal de 2026, podendo prorrogar por mais 1 ano se justificável.* Esta isenção será aplicável a todas as empresas diretamente afetados pela Tempestade Kristin, definidos como aqueles que sofreram danos materiais comprovados em bens imóveis, equipamentos ou stocks, ou interrupções operacionais superiores a 48 horas, conforme atestado por relatórios oficiais da Proteção Civil ou entidades competentes;
- 2) *Estabeleçam critérios objetivos e transparentes para a identificação dos beneficiários,* através de um regulamento municipal a aprovar em reunião de Câmara, que inclua a apresentação de declaração, comprovativos de danos e análise expedita por uma comissão técnica multipartidária, garantindo equidade e prevenção de abusos;
- 3) *Implementem mecanismos de monitorização e avaliação,* com relatórios semestrais à Assembleia Municipal sobre o impacto da medida na recuperação económica, no emprego e nas receitas fiscais, permitindo ajustes futuros baseados em evidências;
- 4) *Articulem esta isenção com outros apoios complementares,* subsídios para reconstrução e formação profissional para trabalhadores afetados, em parceria com o Governo Central, a União Europeia e entidades locais, maximizando o efeito multiplicador na economia conimbricense;
- 5) *Promovam a divulgação ampla desta medida,* através de campanhas informativas dirigidas às empresas e cidadãos, utilizando canais municipais, redes sociais e parcerias com associações empresariais, para assegurar que todos os elegíveis beneficiem dela de forma célere e desburocratizada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Esta proposta, fundamentada em princípios de humanidade, eficiência económica e responsabilidade pública, não só atende às necessidades imediatas das vítimas da Tempestade Kristin, como contribui para um Concelho de Coimbra mais resiliente e próspero, beneficiando todos os munícipes sem distinção partidária.”

Intervenção do Deputado Municipal Francisco Rodrigues (PSD)

Pronunciou-se sobre a nomeação da Vereadora Maria Lencastre Portugal para a direção do ITAP. Na sua intervenção, referiu que a referida nomeação ocorre após um conjunto de votações em que o voto da então eleita pelo CHEGA terá sido determinante, destacando a sua participação em decisões estruturantes do mandato, incluindo a delegação de competências e outros processos relevantes.

Sublinhou que, à data dessas decisões, a referida Vereadora integrava a lista do CHEGA, tendo posteriormente passado à condição de independente, considerando que tal sequência de acontecimentos levanta questões de natureza política e de coerência.

Recordou ainda posições anteriormente assumidas no plano político, designadamente em contexto de campanha eleitoral, relativas a limites éticos na relação com aquele partido, questionando a consistência entre essas posições e as decisões atualmente tomadas.

Referiu que a justificação apresentada para a nomeação, assente no alinhamento político, reforça a necessidade de esclarecimento, entendendo que a questão em análise não se prende com a legalidade, mas com a coerência e a transparência da ação política.

Concluiu sublinhando a importância de assegurar princípios de clareza, responsabilidade e coerência no exercício da governação, em respeito pelos cidadãos e pelo interesse público.

Intervenção da Deputada Municipal Lara Figueiredo (NC)

Iniciou a sua intervenção apresentando uma nota de pesar pelo falecimento do Deputado João Pinto Ângelo, destacando o seu contributo para a vida democrática e endereçando condolências à sua família e amigos.

Agradeceu ainda o acolhimento por parte da União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila.

Na sua intervenção, referiu que as últimas semanas foram particularmente exigentes para o concelho de Coimbra, na sequência de vários episódios de tempestades e cheias, que provocaram diversas ocorrências, nomeadamente danos em infraestruturas, falhas de eletricidade e constrangimentos no abastecimento de água.

Destacou a resposta das entidades envolvidas, designadamente bombeiros, forças de segurança, serviços municipais e proteção civil, bem como o espírito de solidariedade demonstrado pela população.

Sublinhou, contudo, que a capacidade de resposta institucional deve ser entendida como uma exigência inerente ao exercício de funções públicas, e não como um elemento extraordinário.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Referiu ainda que os fenómenos meteorológicos extremos evidenciam a necessidade de adaptação às alterações climáticas, defendendo a importância de reforçar o planeamento urbano, a prevenção de riscos e a preparação das comunidades, bem como a promoção da literacia climática da população.

Por fim, abordou a recente nomeação para a direção do ITAP, considerando tratar-se de uma questão de coerência política e de confiança nas instituições, sublinhando a importância de assegurar transparência e respeito pelos compromissos assumidos perante os eleitores.

Intervenção do Deputado Municipal Fernando Duque (CDS-PP)

Referiu pretender abordar uma questão de natureza institucional relativa à nomeação da Vereadora Maria Lencastre Portugal para a presidência do ITAP.

Na sua intervenção, referiu que a referida Vereadora foi eleita pelo CHEGA, tendo posteriormente passado à condição de independente, mantendo, no entanto, um alinhamento político consistente com o Executivo, considerando que o seu voto foi determinante em diversas deliberações.

Questionou os critérios subjacentes à referida nomeação, designadamente quanto à existência de procedimento comparativo, avaliação curricular e experiência de gestão executiva, sublinhando a necessidade de adequação entre o perfil e as funções a desempenhar.

Acrescentou que, quando uma nomeação para funções executivas coincide com um posicionamento político relevante para a estabilidade do Executivo, a transparência deve ser assegurada, defendendo a importância do escrutínio por parte da Assembleia Municipal, em nome da confiança dos cidadãos e da credibilidade das instituições.

Concluiu sublinhando a necessidade de rigor e independência no funcionamento das instituições municipais.

Intervenção da Deputada Municipal Ana Martins (CH)

Começou por referir uma iniciativa do seu grupo relacionada com o funcionamento do sistema Metrobus, dando conta de uma reunião realizada com a administração da Metro Mondego, na qual foram transmitidas preocupações de utentes e obtidos esclarecimentos e compromissos de melhoria na comunicação.

Agradeceu a disponibilidade demonstrada pelos responsáveis da entidade, referindo que o seu grupo continuará a acompanhar a evolução do sistema.

Abordou ainda a situação na União de Freguesias de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades, referindo a inexistência de uma maioria absoluta e defendendo a necessidade de diálogo e estabilidade institucional, colocando questões quanto à eventual intervenção do Município no sentido de promover o regular funcionamento dos órgãos da freguesia.

Concluiu sublinhando a importância da estabilidade, responsabilidade e respeito pelo funcionamento democrático das instituições.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal João Costa (PAN)

Abordou o impacto ambiental associado ao projeto de mobilidade do Mondego, manifestando preocupação com o número significativo de árvores abatidas em diversos pontos da cidade, nomeadamente junto ao Estádio Cidade de Coimbra, na Avenida Fernando Namora, na Avenida Emídio Navarro e noutros locais.

Referiu que, para além da dimensão dos abates, está em causa a forma como as decisões têm sido tomadas, considerando existir falta de transparência e de envolvimento do município e da população, bem como insuficiente ponderação de alternativas menos impactantes.

Destacou, em particular, a intervenção na Rua Lourenço de Almeida Azevedo, referindo que, na sequência de contestação pública, foi possível introduzir alterações ao projeto inicial, permitindo a preservação de algumas árvores, embora considere que a solução encontrada fica aquém do desejável.

Defendeu a necessidade de reforçar o papel do município nas decisões que afetam o território, bem como a importância de um planeamento urbano que valorize o património natural.

Concluiu sublinhando que o desenvolvimento de soluções de mobilidade deve ser compatível com a preservação ambiental e apelando a uma atuação mais exigente na defesa dos interesses da cidade.

Intervenção da Deputada Municipal Graça Simões (L)

Abordou a intervenção na Rua Lourenço de Almeida Azevedo no âmbito da obra do Metrobus, lamentando o abate de árvores e considerando tratar-se de uma situação com impacto significativo no património urbano e ambiental.

Referiu que o processo levantou dúvidas quanto à sua inevitabilidade, apontando falta de diálogo e de envolvimento dos cidadãos, bem como insuficiente transparência na condução do projeto.

Defendeu a necessidade de reposição do arvoredo, através da plantação de novas espécies adequadas, bem como da manutenção das árvores existentes, sublinhando a importância de preservar o perfil arbóreo e a identidade da cidade.

Sublinhou ainda a necessidade de implementação de um plano de arborização urbana estruturado, participado e eficaz, que envolva não apenas especialistas, mas também a comunidade, designadamente associações e cidadãos, promovendo uma gestão sustentável do espaço verde.

Concluiu referindo a importância de uma abordagem integrada à gestão ambiental do concelho, incluindo a proteção das florestas e a prevenção de riscos associados a fenómenos naturais.

Intervenção do Deputado Municipal Manuel Rocha (CDU)

Começou por referir os votos de louvor anteriormente aprovados, considerando que, embora se reconheça o mérito das intervenções realizadas, subsistem ainda diversas situações decorrentes das intempéries que permanecem por resolver no concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Apontou, a título exemplificativo, problemas verificados em vários locais, designadamente danos em infraestruturas desportivas, equipamentos públicos e vias de circulação, bem como situações de risco associadas a quedas de estruturas e cabos elétricos, referindo a necessidade de intervenção célere por parte das entidades competentes.

Referiu ainda constrangimentos na mobilidade e deficiências em obras realizadas, agravadas pelas condições meteorológicas, bem como dificuldades no apoio a cidadãos afetados.

Abordou também a atuação de entidades responsáveis por infraestruturas energéticas, sublinhando a necessidade de assumirem as suas responsabilidades.

Por outro lado, referiu a importância da implementação de um modelo de gestão autónoma e profissional para o Convento de São Francisco, manifestando preocupação com a revogação de um procedimento concursal por falta de verbas, e defendendo a necessidade de uma estratégia cultural integrada para o concelho.

Concluiu abordando o processo de transferência de competências para as autarquias, alertando para o risco de insuficiência de recursos financeiros, particularmente no domínio da cultura, sublinhando a importância de assegurar condições adequadas para o desenvolvimento das políticas municipais.

Intervenção da Deputada Municipal Ana Graveto (IL)

Iniciou a sua intervenção com uma reflexão sobre a coerência política, referindo-se a posições anteriormente assumidas no âmbito de uma moção debatida na Assembleia.

Sublinhou que a abstenção constitui uma posição legítima, mas considerou que a coerência política deve ser mantida entre diferentes momentos de decisão.

Abordou ainda questões concretas relacionadas com o concelho, designadamente a recorrente submersão da estrada de Pereira em períodos de intempérie, bem como o estado de degradação do tabuleiro da Ponte do Açude, alertando para a necessidade de manutenção preventiva das infraestruturas.

Concluiu sublinhando que a ação governativa deve assegurar não apenas a realização de novas obras, mas também a conservação e segurança das infraestruturas existentes.

Intervenção do Deputado Municipal Ricardo Lopes (PSD)

Abordou a questão do abate de árvores no concelho, referindo intervenções anteriormente produzidas por outros Deputados sobre a matéria.

Recordou posições assumidas em momentos anteriores relativamente a situações semelhantes, designadamente protestos e manifestações públicas contra o abate de árvores, comparando-as com as posições atuais, que considerou menos expressivas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Referiu, em particular, o caso da Rua Lourenço de Almeida Azevedo, salientando a diferença entre as reações a anteriores intervenções e as atuais, defendendo a necessidade de coerência política na abordagem a estas matérias.

Concluiu reiterando a importância de uma posição consistente relativamente à proteção do património arbóreo.

Intervenção da Presidente da Assembleia Municipal

Referiu não ser habitual intervir naquele momento, mas que, atendendo à relevância do tema em discussão, entendeu fazê-lo, de forma breve.

Na sua intervenção, manifestou a sua sensibilidade pessoal relativamente à importância das árvores, referindo o apreço que lhes dedica e experiências pessoais associadas à sua valorização e cuidado.

Sublinhou, contudo, que a gestão do arvoredo urbano deve também atender a critérios de segurança, salientando que a manutenção de árvores em risco pode representar perigo para pessoas e bens, recordando, a título de exemplo, situações ocorridas no passado.

Destacou ainda a responsabilidade dos órgãos eleitos na tomada de decisões, no âmbito da democracia representativa, defendendo a necessidade de ponderação entre a preservação do património arbóreo e a salvaguarda da segurança pública, sem prejuízo da sua substituição adequada.

Intervenção da Deputada Municipal Bertília Simão

No seguimento dos recentes episódios de intempérie, manifestou o seu agradecimento ao Município de Coimbra, na pessoa da Presidente da Câmara Municipal, pela forma como as juntas de freguesia foram envolvidas no processo de resposta, destacando a articulação e cooperação institucional.

Referiu que, apesar de algumas falhas, a resposta global foi positiva face à dimensão da situação, sublinhando, contudo, a necessidade de continuidade no acompanhamento das consequências, nomeadamente através da realização de novos pontos de situação e da avaliação dos danos ainda por resolver.

Salientou, em particular, a necessidade de intervenção em várias vias rodoviárias afetadas, manifestando preocupação quanto à ausência de informação sobre eventuais intervenções previstas.

Abordou ainda a instalação de uma unidade comercial do IKEA no concelho, reconhecendo a importância do investimento, mas alertando para a necessidade de não abandonar projetos anteriormente previstos, que poderão ter maior impacto ao nível do emprego e da economia local.

Por fim, referiu constrangimentos no funcionamento de algumas linhas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, nomeadamente as linhas 6 e 14T, apontando incumprimentos de horários e solicitando a verificação da situação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da Presidente da Câmara Municipal

Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, dirigindo um agradecimento especial ao Presidente da Junta pelo acolhimento, pelas condições proporcionadas e pela forma como a sessão foi organizada, bem como felicitando a Presidente da Assembleia Municipal. Apresentou ainda uma palavra de solidariedade pelo falecimento de João Pinto Ângelo, endereçando condolências à família, amigos e a toda a Assembleia.

Referiu que a informação escrita disponibilizada tem um carácter sintético, manifestando total disponibilidade para prestar esclarecimentos adicionais sempre que necessário, salientando também o recurso aos canais institucionais do Município para divulgação de informação.

Sublinhou que, sendo o regime de natureza representativa, tal não impede a promoção de momentos de participação, embora reconhecendo que, em determinadas circunstâncias, o Executivo tem de tomar decisões em tempo útil.

Relativamente às intervenções no âmbito do projeto do Metrobus, esclareceu que o abate de árvores foi validado por parecer técnico da Universidade de Coimbra, tendo sido ponderadas as condicionantes existentes, nomeadamente a impossibilidade de alteração do traçado. Indicou que o número de árvores abatidas é inferior ao inicialmente previsto, estando assegurada a compensação através da plantação de novas árvores.

No que respeita às recentes intempéries, destacou a articulação com diversas entidades, designadamente a Agência Portuguesa do Ambiente e as Infraestruturas de Portugal, referindo que o Município tem procurado estabelecer mecanismos de colaboração, incluindo contratos interadministrativos, de forma a agilizar intervenções, mesmo em matérias que não são da sua competência direta.

Salientou ainda a resposta célere a situações críticas, designadamente no que respeita à A1, reconhecendo o trabalho desenvolvido pelas entidades envolvidas, bem como a importância das medidas implementadas para minimizar impactos na mobilidade, referindo a intervenção na Ponte Açude e a necessidade de soluções estruturais futuras.

Destacou o impacto das intempéries na atividade económica, em particular na agricultura do Baixo Mondego, manifestando disponibilidade do Município para colaborar na recuperação de infraestruturas essenciais.

Enalteceu o trabalho desenvolvido pelos serviços de proteção civil e, de forma muito especial, pelos Presidentes de Junta e suas equipas, reconhecendo o seu papel fundamental na resposta à situação.

Relativamente ao ITAP, informou que está em curso um processo de reestruturação, com aposta no trabalho em rede com outros municípios, visando a valorização do ensino profissional, referindo igualmente os constrangimentos associados ao financiamento destes cursos. Nesse contexto, assumiu a ponderação de soluções para reforço da gestão da instituição.

Por fim, sublinhou a importância do respeito no debate político, rejeitando ataques de natureza pessoal, e reafirmou que a confiança e a competência são critérios essenciais nas escolhas efetuadas.

Concluiu com uma palavra de reconhecimento a Lúcia Pereira, pelo seu contributo e dedicação, expressando apreço pessoal e institucional.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado João Pedrosa (CH)

No uso da mesma, o Deputado cumprimentou a Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, todos os presentes, bem como os cidadãos que acompanhavam a sessão.

Referiu ter analisado com atenção a informação escrita relativa à atividade municipal, reconhecendo o esforço administrativo nela refletido, mas entendendo dever apresentar algumas considerações.

No domínio do planeamento e urbanismo, manifestou preocupação com as sucessivas suspensões parciais do Plano Diretor Municipal, considerando que, embora possam agilizar investimentos, tais soluções excecionais podem gerar incerteza, defendendo a necessidade de um quadro normativo mais estável. Relativamente ao mapeamento de imóveis devolutos, expressou a expectativa de que o mesmo promova a reabilitação urbana, e não o agravamento da carga fiscal.

No que respeita à segurança, saudou o investimento em infraestruturas de proteção civil, mas considerou insuficiente a abordagem à segurança urbana, apontando a ausência de medidas concretas para responder a fenómenos de degradação social e pequena criminalidade.

Quanto à gestão financeira e apoios sociais, referiu a verba destinada a passes sociais e os protocolos com associações, sublinhando a importância de garantir transparência, critérios rigorosos e avaliação de resultados na aplicação dos recursos públicos.

Assinalou ainda preocupações relativas a processos judiciais envolvendo o Município, alertando para o impacto financeiro potencial e para a necessidade de salvaguardar recursos que poderiam ser aplicados em áreas como habitação, espaços verdes, educação e transportes.

Concluiu manifestando a expectativa de que o Executivo evolua de uma fase de planeamento para uma fase de execução, com enfoque na segurança, transparência e boa gestão dos recursos públicos.

Intervenção do Deputado Municipal Ricardo (PSD)

Referiu voltar ao tema do abate de árvores, solicitando esclarecimentos adicionais à Presidente da Câmara. Recordou que, na intervenção anterior, foram mencionados dois relatórios — um da Universidade de Coimbra e outro relativo aos impactos da tempestade — e questionou se os mesmos se encontravam disponíveis publicamente.

Nesse sentido, apelou à sua divulgação, por uma questão de transparência, sublinhando a importância de tornar acessível toda a informação que fundamenta as decisões relativas ao abate de árvores.

Intervenção do Deputado Municipal João Costa (PAN)

Referiu que a informação apresentada contém medidas relevantes que importa assinalar.

Destacou, em particular, a criação da ligação da Portela à linha 54, passando pelo Polo II, considerando tratar-se de uma intervenção fundamental, sublinhando que veio resolver, em poucos meses, um problema que se arrastava há mais de duas décadas. Referiu igualmente as melhorias introduzidas na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

linha 31 e no Jardim Botânico, bem como a revisão do regulamento dos horários de funcionamento dos espaços comerciais, considerando estas medidas importantes para a revitalização da cidade.

Salientou ainda o alargamento da área de intervenção no âmbito da habitação acessível, bem como a iniciativa de consulta aos cidadãos sobre espaços verdes, designadamente na Quinta da Maia, valorizando este exercício de participação cívica e abertura institucional.

Numa nota final, abordou novamente a questão das árvores, reconhecendo que se tratam de seres vivos que, em determinadas circunstâncias, exigem intervenção por razões de segurança, nomeadamente quando apresentam problemas fitossanitários ou estruturais. Defendeu, contudo, que deve ser mantido o esforço de minimização de abates associados a projetos, distinguindo essas situações das que decorrem de necessidades técnicas ou de segurança.

Concluiu valorizando o crescente interesse público pelo tema, considerando positiva a maior atenção dada à proteção das árvores.

Intervenção do Deputado Municipal Bruno Pedrosa (L)

Iniciou a sua intervenção reconhecendo sinais positivos na área da mobilidade, destacando alterações pontuais na rede dos SMTUC, nomeadamente ajustamentos em algumas linhas e a criação da nova ligação ao Polo II, considerada uma medida necessária. Referiu que, apesar das dificuldades persistentes, designadamente a falta de autocarros e de motoristas, considera que o trabalho desenvolvido segue no sentido correto.

Assinalou igualmente as alterações recentes no IC2, em particular a criação da terceira via na ponte da Portela/Açude, sublinhando que esta intervenção veio mitigar um problema de congestionamento há muito identificado naquele troço. Ainda assim, alertou que subsiste um caminho significativo a percorrer, defendendo que, para uma cidade mais segura, acessível e sustentável, é essencial continuar a investir em mobilidade suave, com melhores passeios, percursos pedonais e ciclovias.

O Deputado chamou também a atenção para o estado de degradação das atuais instalações dos SMTUC, agravado pela recente tempestade, considerando-as cada vez mais desadequadas às necessidades futuras do serviço. Tendo em conta a prevista deslocalização, questionou se existe intenção de acelerar esse processo, o que permitiria igualmente avançar na valorização da margem esquerda da frente ribeirinha.

Por fim, colocou uma questão sobre o ponto de situação dos terrenos da Infraestruturas de Portugal na margem direita da frente ribeirinha, junto à Estação Nova, procurando saber que passos estão a ser dados para garantir que a sua futura valorização salvguarde o interesse público.

Intervenção da Deputada Municipal Maria João Paixão (BE)

Começou por retomar o tema anteriormente discutido, sublinhando que, embora a Assembleia seja um órgão de democracia representativa, tal não deve significar uma democracia meramente formal. Defendeu que a limitação da participação dos cidadãos ao ato eleitoral, de quatro em quatro anos, contribui para o seu afastamento das instituições democráticas, considerando ser responsabilidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

dos eleitos promover a sua aproximação e envolvimento. Acrescentou ainda que acredita existir concordância da Presidente da Assembleia quanto a este princípio.

Relativamente ao documento apresentado, e tendo em conta os acontecimentos recentes que afetaram a cidade e o concelho, bem como o estado atual do rio Mondego, solicitou esclarecimentos adicionais sobre o processo de desassoreamento do rio. Referiu que, nas GOP, já constava uma menção a uma eventual intervenção, dependente de financiamento, questionando, por isso, se poderiam ser prestadas informações mais detalhadas sobre o ponto de situação desse processo.

Intervenção da Presidente da Assembleia Municipal

Sublinhou que a democracia representativa não pode existir desligada da escuta dos cidadãos, afirmando que seria preocupante que, ao longo de um mandato, os eleitos deixassem de ouvir aqueles que representam. Manifestou a expectativa de que essa escuta seja uma prática comum a todos os Deputados, independentemente do órgão em que exercem funções.

Intervenção da Presidente da Câmara Municipal

Respondeu às questões colocadas, começando por abordar o tema do abate de árvores no âmbito do projeto do Metrobus. Referiu que, numa fase inicial, estavam previstas 402 árvores para abate, número que foi significativamente reduzido para 133. Esclareceu ainda que, no caso específico da Rua Lourenço Almeida Azevedo, estão atualmente identificadas 16 árvores diretamente associadas à intervenção das Infraestruturas de Portugal.

Recordou que, numa primeira reunião realizada em novembro, a proposta apresentada previa o abate integral das árvores junto ao Jardim da Sereia, num total que poderia atingir cerca de 50 exemplares. Perante esse cenário, foram equacionadas alternativas, tendo o Município optado por uma solução que permitiu reduzir substancialmente o número de árvores a abater, nomeadamente através do alargamento dos passeios em 70 centímetros, compatibilizando a intervenção com as infraestruturas existentes no subsolo.

Acrescentou que, para além dessas 16 árvores, foram identificadas mais cinco a abater com base numa avaliação fitossanitária realizada por estudo encomendado à Universidade, bem como uma árvore seca e duas afetadas pela tempestade. Sublinhou que esses relatórios podem ser tornados públicos, reforçando o compromisso com a transparência.

Salientou ainda que o projeto do Metrobus inclui, desde o início, um programa de compensação arbórea, com a previsão de plantação de 474 novas árvores ao longo do corredor, acrescidas de outras intervenções, nomeadamente no Vale das Flores e na zona de António Ferrer Correia, num esforço global de reforço da estrutura verde urbana.

Relativamente à mobilidade e aos SMTUC, indicou que o Município mantém a aposta na empresa municipal, embora esteja em curso uma reflexão sobre o modelo, reconhecendo o interesse de operadores externos, mas garantindo que a valorização do serviço público continuará a ser uma prioridade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Quanto à frente ribeirinha e à Estação Nova, informou que foi possível assegurar a concessão da estação e que foi solicitado ao Governo a transferência para o Município dos terrenos contíguos da Infraestruturas de Portugal, com o objetivo de desenvolver projetos de habitação a custos acessíveis, bem como espaços comerciais e multifuncionais, aguardando-se ainda resposta.

No domínio da habitação, referiu a continuidade da estratégia iniciada no passado, nomeadamente no âmbito do programa 1.º Direito, e a intenção de alargar a intervenção à classe média, reconhecendo as dificuldades atuais no acesso à habitação.

Sobre o desassoreamento do rio Mondego, explicou que foi proposto à APA o desenvolvimento de intervenções, tendo esta entidade celebrado recentemente um protocolo com a Ordem dos Engenheiros para a realização de um estudo aprofundado sobre a estrutura hidráulica, necessidades de desassoreamento, estabilização de margens e outras intervenções. O relatório deverá ser apresentado até 9 de maio, servindo de base à definição de responsabilidades e ações futuras.

Alertou ainda para a gravidade da situação decorrente das recentes intempéries, não apenas no Mondego, mas também no rio Ceira, e para a necessidade de intervenção em múltiplas frentes, incluindo caminhos agrícolas e pontões no Baixo Mondego, áreas que, embora fora da competência direta do Município, estão a ser objeto de propostas de colaboração interadministrativa.

Por fim, deixou um alerta para o risco iminente de incêndios, agravado pela acumulação de material combustível resultante das tempestades, sublinhando a importância da prevenção, da coordenação institucional e da preparação das populações. Destacou o papel fundamental da proteção civil e dos presidentes de junta na gestão da crise, valorizando a sua atuação na mitigação de riscos e na preservação da segurança das populações.

Concluiu reafirmando o compromisso do Município em continuar a acompanhar estas matérias com responsabilidade e determinação.

2. Alteração Modificativa/Revisão ao Orçamento nº 1 de 2026 da Câmara Municipal e respetiva adenda

3. Incorporação do saldo da gerência de 2025 no orçamento dos SMTUC de 2026 e aprovação dos mapas de desempenho orçamental e de fluxos de caixa de 2025

3.2 Alteração Modificativa/Revisão ao Orçamento nº 1 de 2026 dos SMTUC

Intervenção da Deputada Municipal Lúcia Santos (NC)

Relativamente à revisão orçamental, assinalou a criação de duas novas rubricas destinadas a enquadrar o contrato de subconcessão da Estação Nova: uma referente ao pagamento de uma anuidade à Infraestruturas de Portugal, no valor aproximado de 85 mil euros anuais, e outra associada ao investimento na reabilitação do edifício.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Observou, no entanto, que a programação financeira apresentada evidencia uma opção clara: durante o atual mandato, o Município limitar-se-á, na prática, ao pagamento da anuidade, ficando a componente mais significativa do investimento adiada para anos posteriores. Considerou que, sendo intenção instalar na Estação Nova um verdadeiro polo de dinamização económica e urbana, esse objetivo dificilmente será compatível com um investimento reduzido nos primeiros anos.

Ainda assim, referiu que não iriam obstaculizar o processo, anunciando voto favorável, mas deixando a recomendação de que seja rapidamente definido um plano de transformação efetivo, acompanhado do respetivo compromisso financeiro, que evidencie a prioridade atribuída à requalificação da Estação de Coimbra-A.

Quanto ao ponto relativo aos SMTUC, recordou que, na Assembleia anterior, já tinham alertado para a ausência de uma visão estratégica clara para a empresa, admitindo que tal pudesse decorrer da recente eleição do Conselho de Administração. Contudo, dois meses depois, surge uma revisão orçamental que incorpora mais 5 milhões de euros de receita, sem que seja conhecido um orçamento de base devidamente fundamentado ou uma estratégia orientadora.

Concluiu afirmando que, não pretendendo bloquear o funcionamento dos SMTUC, dada a sua importância estratégica, não podem ignorar que a discussão de números sem enquadramento estratégico limita o escrutínio. Assim, anunciou que, neste ponto, o sentido de voto seria de abstenção.

Intervenção do Deputado Municipal Paulo Seco (CH)

Procedeu a uma análise da revisão orçamental da Câmara Municipal e da incorporação do saldo de gerência dos SMTUC, referindo que, numa primeira leitura, a proposta aparenta estar alinhada com prioridades contemporâneas, como a sustentabilidade e a inovação. Destacou, neste âmbito, a previsão de aquisição de duas viaturas elétricas, entendida como um sinal de compromisso com a transição energética.

Referiu também o projeto TRUST, com uma dotação de 30 mil euros, apoiado por fundos europeus, destinado à promoção do envelhecimento ativo, sublinhando a relevância desta iniciativa numa cidade com características demográficas envelhecidas.

Considerou positivo o reforço do orçamento dos SMTUC através da incorporação de cerca de 1,15 milhões de euros de saldo de gerência, salientando que tal permite aumentar a capacidade financeira sem recurso a novo endividamento. Mencionou ainda que os mapas de desempenho orçamental e de fluxo de caixa de 2025 evidenciam um equilíbrio global, com revisões que reforçam a receita em cerca de 2,5 milhões de euros e a despesa em cerca de 230 mil euros.

Não obstante, apontou reservas quanto às prioridades subjacentes à revisão, questionando a criação de novas rubricas e ações sem um escrutínio aprofundado do seu retorno efetivo para os cidadãos. Alertou ainda para o facto de os projetos financiados por fundos europeus implicarem cofinanciamento municipal, podendo exercer pressão adicional sobre as finanças locais.

Concluiu afirmando que a aprovação da proposta representa uma aposta no futuro, mas comporta riscos, deixando uma questão ao Executivo sobre a forma como será garantido que os 1,15 milhões de euros incorporados dos SMTUC serão aplicados em melhorias concretas no transporte público, como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

a renovação da frota ou a redução de tarifas, evitando a sua diluição em despesas correntes sem impacto mensurável para os utentes.

Intervenção da Deputada Municipal Ana Graveto (IL)

Iniciou a sua intervenção referindo que o ponto em discussão diz respeito à revisão orçamental dos SMTUC para 2026, a qual integra o saldo de gerência do exercício anterior e procede à atualização dos documentos previsionais necessários à execução orçamental do corrente ano.

Sublinhou tratar-se de uma operação de natureza essencialmente técnica, enquadrada na gestão financeira corrente, que contempla a integração do saldo de gerência e a atualização de rubricas orçamentais com vista a acomodar investimentos e despesas operacionais do serviço.

Em nome da Iniciativa Liberal, afirmou não existir oposição de princípio a este tipo de revisões, reconhecendo que são práticas normais na gestão de organizações públicas e que assegurar o funcionamento dos transportes urbanos da cidade é, naturalmente, uma prioridade.

Ainda assim, e mantendo uma posição de prudência relativamente à evolução financeira dos SMTUC e às sucessivas revisões orçamentais apresentadas, anunciou que o grupo optará pela abstenção. Justificou esta posição com a ideia de que a repetição sistemática de ajustamentos orçamentais pode indiciar não apenas um problema pontual, mas sim uma questão estrutural do modelo adotado.

Intervenção da Presidente da Câmara Municipal

Referiu que, da parte do executivo, existem projetos comunitários previstos para implementação na estação, sendo que será posteriormente feita a respetiva revisão. Considerou não ser adequado, enquanto não estivesse garantida a propriedade ou, pelo menos, a possibilidade de ocupação do espaço, incluir já todos os projetos, apontando 2026 como o ano para esse desenvolvimento.

Salientou que este argumento já havia sido apresentado em reunião de Câmara, tendo então sido devidamente esclarecido. Recordou ainda que o SMTUC sofreu prejuízos significativos, tendo praticamente perdido as suas instalações no último mês, o que condicionou a elaboração de um orçamento base estruturado. Nesse sentido, apelou à compreensão, sublinhando a necessidade de garantir, desde já, o funcionamento do serviço.

Reconheceu que é necessário repensar o modelo, admitindo que quando uma entidade apresenta problemas de forma recorrente, tal indica fragilidades no seu funcionamento. Ainda assim, frisou que é preciso tempo para proceder a essa reflexão e definição de soluções.

Concluiu pedindo confiança para esse processo, reiterando a importância de assegurar o funcionamento do SMTUC, continuar a investir e, simultaneamente, trabalhar na definição de um novo modelo.

Deliberação nº 13/2026



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria** de 48 votos a favor (22-PS; 11-PSD; 3-CDS-PP; 3-NC; 2-L; 2-PAN; 2- CDU; 1-IL ;1-BE; 1-PPM) e 3 abstenções (3-CH), aprovar a alteração Modificativa/Revisão ao Orçamento n.º 1 de 2026 (Modificação aos Documentos Previsionais N.º 4/2025), no valor total de 1.000.000,00 € em reforços e anulações no Orçamento da Receita e de 143.390,00 € de reforços e de anulações no Orçamento da Despesa, que se justifica pela inserção de novas rubricas no Orçamento da Receita e Despesa, novas ações nas GOP e pelas propostas dos serviços municipais.

Aprovar a alteração Modificativa/Revisão ao Orçamento n.º 1 de 2026 (Modificação aos Documentos Previsionais N.º 4/2025), considerando as propostas da adenda, com alteração do valor total para 2.460.112,00 € em reforços e 2.374.504,00 € em anulações no Orçamento da Receita e de 229.998,00 € de reforços e 144.390,00 € de anulações no Orçamento da Despesa, que se justifica pela inserção de novas rubricas no Orçamento da Receita e no Orçamento da Despesa, novas ações nas GOP e pelas propostas dos serviços municipais, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Deliberação nº 14/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria** de 43 votos a favor (22-PS; 11-PSD; 3-CDS-PP; 2-L; 2-PAN; 2- CDU; 1-PPM) e 8 abstenções (3- NC; 3-CH; 1-BE; 1-IL), aprovar os mapas de Desempenho Orçamental e Fluxos de Caixa e a incorporação do Saldo da Gerência do ano 2025, no valor de 1.154.955,61, no Orçamento dos SMTUC de 2026.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Deliberação nº 15/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria** de 43 votos a favor (22-PS; 11-PSD; 3-CDS-PP; 2-L; 2-PAN; 2- CDU; 1-PPM) e 8 abstenções (3- NC; 3-CH; 1-BE; 1-IL), aprovar a proposta de Modificação aos Documentos Previsionais n.º 2/2026 Revisão ao Orçamento n.º 1 e Revisão às Grandes Opções do Plano n.º 1 dos SMTUC.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

4. Alteração Modificativa/Revisão ao Orçamento nº 1 de 2026 da Câmara Municipal e respetiva adenda

Intervenção do Deputado Municipal Rogério Costa (PS)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Tomou a palavra, cumprimentando todos os presentes e manifestou, um voto de pesar à família, aos amigos e ao Partido Comunista Português pelo falecimento do Deputado João Pinto Ângelo.

Referiu que o que estava em causa não era apenas um contrato-programa ou uma mera operação contabilística, mas sim um modelo de mobilidade mais justo e preparado para o futuro da cidade e da região.

Sublinhou que Coimbra deu um passo decisivo com a entrada em funcionamento do sistema intermodal gerido pela Agência para a Gestão do Sistema Intermodal da Região de Coimbra, defendendo que este sistema não pode deixar ninguém para trás, mas também não pode criar desequilíbrios orçamentais desproporcionais.

Nesse sentido, destacou o novo tarifário intermodal bonificado, a aplicar a partir de abril de 2026, como uma peça central de uma política pública que conjuga três dimensões fundamentais: justiça social, responsabilidade financeira e transição para um sistema de transportes mais moderno e integrado.

No plano da justiça social, referiu a manutenção e alargamento dos títulos bonificados a diversos grupos, nomeadamente estudantes do ensino superior não abrangidos pela gratuitidade nacional, idosos, reformados e pensionistas, pessoas em situação de maior fragilidade económica, funcionários e aposentados municipais e bombeiros voluntários. Considerou que esta medida garante o direito à mobilidade como condição de acesso ao emprego, à educação, à saúde e à vida comunitária.

Quanto à responsabilidade financeira, recordou que a simples transposição do modelo monomodal para o intermodal, discutida em 2025, poderia revelar-se insustentável, com elevados custos e aumento do défice tarifário. Salientou que o modelo agora proposto assenta em dados reais, projeções prudentes e num teto financeiro definido, até 800 mil euros de compensação em 2026, assegurando previsibilidade e controlo das contas públicas.

No que respeita à visão de futuro, defendeu que a intermodalidade implica uma reorganização da mobilidade urbana e regional, sendo essencial que o tarifário acompanhe essa transformação. Referiu que o contrato-programa permitirá incentivar a adesão ao sistema intermodal, promover o transporte público e contribuir para uma cidade mais sustentável, com menos emissões e congestionamento.

Considerou ainda que se trata de um investimento social e territorial equilibrado, com impacto na qualidade de vida e na coesão urbana, preparando também a expansão da rede a outros polos relevantes.

Concluiu apelando à aprovação da proposta e da minuta de contrato-programa, sublinhando que esta opção representa um compromisso com o transporte público, a proteção dos mais vulneráveis e a preparação do futuro da cidade.

Intervenção da Deputada Municipal Paula Alves (PSD)

Referiu que o PSD pretendia fazer uma breve declaração de voto sobre o ponto 4, relativo às bonificações tarifárias no sistema intermodal. Recordou que existia uma proposta do executivo anterior em que os funcionários municipais pagariam 1 euro pela utilização do sistema intermodal, enquanto a proposta atual prevê um custo de 15 euros, representando um aumento significativo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Considerou que este acréscimo constitui um encargo relevante para os funcionários municipais, entendendo que a proposta poderia ser mais favorável nesse aspeto. Nesse sentido, informou que o Grupo Municipal do PSD votaria contra o ponto 4.

Intervenção da Deputada Municipal Lúcia Santos (NC)

Relativamente ao ponto em discussão, referiu que a intermodalidade constitui um passo importante para a modernização do sistema de transportes de Coimbra, sendo essencial para incentivar o uso do transporte público e promover a transferência modal. Considerou positiva a decisão de manter os apoios aos títulos intermodais bonificados, sublinhando a sua relevância social para quem depende diariamente destes serviços.

No entanto, apontou que a proposta introduz aumentos significativos em vários títulos bonificados, referindo casos em que os valores passam de 1 euro para 15 euros mensais, bem como aumentos expressivos para pensionistas e aposentados municipais.

Entendeu que tais aumentos são difíceis de conciliar com o objetivo de incentivar o uso do transporte público, uma vez que a política de subsidiação deveria tornar este meio mais competitivo face ao transporte individual.

Reconheceu os avanços no sistema de mobilidade integrada, mas considerou que estes aumentos comprometem a coerência da política municipal, motivo pelo qual informou que votaria contra a proposta.

Intervenção da Deputada Municipal Ana Martins (CH)

Iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e referiu que a proposta em análise diz respeito à celebração do contrato-programa entre o Município de Coimbra e a AGIT, com vista à compensação financeira das bonificações tarifárias aplicadas aos títulos intermodais no sistema de transportes da região.

Começou por reconhecer que uma cidade moderna deve incentivar o uso do transporte coletivo e reduzir as barreiras económicas no acesso à mobilidade. No entanto, considerou que o modelo proposto levanta algumas questões.

Sublinhou que o próprio processo reconhece que o sistema intermodal ainda se encontra numa fase inicial, sendo que a rede do Metro Mondego ainda não serve polos estruturantes da cidade, como o Polo I ou os hospitais. Apesar disso, o município propõe assumir desde já uma compensação financeira significativa, baseada essencialmente em estimativas construídas a partir das vendas de passes registadas no ano anterior, e não na utilização real do sistema, o que introduz um grau relevante de incerteza.

Referiu que está em causa uma despesa média de cerca de 90 mil euros por mês, podendo atingir aproximadamente 800 mil euros até ao final do ano, suportados diretamente pelo orçamento municipal. Alertou ainda que, caso o sistema intermodal funcione com sucesso e a procura aumente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

também aumentará o valor da compensação, podendo configurar um encargo estrutural e crescente para o município.

Defendeu, por isso, a necessidade de um mecanismo claro de monitorização e avaliação periódica, que permita à Assembleia acompanhar com transparência o impacto destas bonificações, quer na utilização do transporte público, quer nos encargos financeiros assumidos pelo município.

Intervenção da Deputada Municipal Marisa Azul (PAN)

Relativamente à proposta em discussão, considerou que a mesma salvaguarda os direitos dos utilizadores e a redistribuição de receitas entre os operadores, designadamente os SMTUC e a AGIT.

Sublinhou, no entanto, que, a par deste ajustamento de bonificações tarifárias, é urgente reforçar a oferta de transportes, nomeadamente através da criação de ligações a localidades como São João do Campo, São Silvestre, São Martinho da Árvore e Lamarosa, bem como proceder ao ajustamento de horários noutras zonas.

Por outro lado, defendeu a importância de um sistema intermodal alinhado com princípios ambientais, destacando o papel das árvores no espaço urbano. Referiu que, para além das suas funções ecológicas, as árvores têm também um valor simbólico e identitário para a cidade, mencionando os jacarandás e as tipuanas da Rua Lourenço Almeida Azevedo.

Nesse sentido, sugeriu que fossem promovidas iniciativas que permitam que as árvores abatidas continuem, de alguma forma, a fazer parte da vida do município.

Intervenção do Deputado Municipal Bruno Pedrosa (L)

Referiu que, na última Assembleia, o tema já havia sido trazido a debate, defendendo que o equilíbrio das contas municipais deve também permitir reforçar o investimento nos transportes públicos e tornar os espaços mais acessíveis.

Sublinhou como positivo o facto de a proposta garantir bonificações nos títulos intermodais para vários grupos, nomeadamente estudantes do ensino superior não abrangidos pela gratuidade nacional, idosos, pessoas em situação de maior fragilidade social, trabalhadores municipais e bombeiros voluntários.

Acrescentou que, ao contrário do que havia sido afirmado anteriormente, não se verificam aumentos, uma vez que os valores dos passes dos SMTUC se mantêm, sendo agora melhorado o serviço através da intermodalidade, o que considerou importante clarificar.

Concluiu referindo que é essencial que a intermodalidade não se limite a uma integração técnica entre operadores, devendo também constituir uma verdadeira integração social que facilite a mobilidade das pessoas, manifestando disponibilidade para continuar a trabalhar em propostas que incentivem o uso do transporte público e reduzam a dependência do automóvel.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Fernando Teixeira (CDU)

Referiu que a proposta de bonificação tarifária apresentada implica um aumento de custos para alguns grupos, designadamente bombeiros voluntários, trabalhadores do município e reformados.

Acrescentou que, para além desta questão, a CDU manifesta preocupação quanto a um plano de intermodalidade que considera existir mais no plano teórico do que na realidade prática. Apontou dificuldades concretas, como a insuficiência de autocarros, o facto de nem todos os veículos disponíveis estarem em operação e a falta de motoristas para assegurar o serviço.

Sublinhou ainda que o sistema de metro, na parte já em funcionamento, tem enfrentado dificuldades, quer devido a fenómenos como tempestades, quer por outras limitações operacionais.

Defendeu que o Executivo Municipal não deve assumir funções que competem ao Estado Central, alertando que a intermodalidade só será eficaz se todos os meios de transporte envolvidos estiverem plenamente operacionais.

Mencionou também a existência de menos uma estação ferroviária no concelho e as dificuldades de financiamento e funcionamento dos SMTUC, considerando que o Executivo deve assumir um papel mais reivindicativo junto do Estado Central, no sentido de garantir um financiamento semelhante ao de outras empresas públicas de transporte, como as do Porto e de Lisboa.

Concluiu reforçando a necessidade de assegurar condições reais para o funcionamento do sistema de mobilidade.

Intervenção da Deputada Municipal Maria João Paixão (BE)

Tomou a palavra, cumprimentando novamente os presentes, e referiu que esta é precisamente uma das áreas onde recorrentemente se invoca a falta de recursos financeiros.

Sublinhou que, frequentemente, as decisões são justificadas com a escassez de meios para os SMTUC e para a mobilidade, mas considerou que essa argumentação acaba por sustentar medidas que classificou como socialmente regressivas.

Destacou que, na sua perspetiva, os principais prejudicados por esta proposta são os grupos mais vulneráveis da sociedade, que deveriam ser prioritariamente protegidos.

Salientou, em particular, o aumento do valor do passe intermodal para os reformados, considerando tratar-se de uma medida socialmente desadequada numa comunidade que se pretende coesa e solidária.

Intervenção da Deputada Municipal Ana Graveto (IL)

Referiu que o Município de Coimbra não pode aprovar documentos que não respeitam o princípio da transparência, designadamente no que diz respeito aos seus próprios outorgantes.

Sublinhou que estão em causa documentos que, para além de pouco claros, não se encontram devidamente assinados, o que levanta sérias reservas e evidencia fragilidades preocupantes no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

cumprimento dos princípios que devem reger qualquer ato administrativo envolvendo recursos públicos.

Acrescentou que, perante este cenário, a Iniciativa Liberal não pode, nem irá, subscrever aquilo que considerou ser um “cheque em branco”.

Concluiu afirmando que a política deve servir o interesse público e não pode transformar-se num mecanismo de criação de empregos para quem decide ou vota nessas mesmas estruturas.

Intervenção do Vereador Municipal Luís Filipe

Iniciou a sua intervenção cumprimentando a Presidente da Assembleia Municipal, a restante Mesa, a Presidente da Câmara, os Vereadores e os Deputados Municipais, associando-se igualmente ao voto de pesar pelo falecimento de João Pinto Ângelo, endereçando condolências à família e ao respetivo partido.

No que respeita ao ponto em discussão, começou por esclarecer que, atualmente, coexistem duas modalidades: a monomodal e a intermodal. No regime monomodal, os SMTUC mantêm o seu tarifário habitual, sem qualquer alteração, o que significa que os utilizadores — incluindo funcionários municipais, idosos, bombeiros e cidadãos em situação de maior vulnerabilidade — não sofreram qualquer atualização de preços.

Já no modelo intermodal, explicou que existe uma partilha de receitas entre operadores, nomeadamente entre os SMTUC e o Metro, sendo essa repartição feita com base numa chave de imputação. Referiu que a diferença face a propostas anteriores reside no facto de não se ter optado por um financiamento quase integral por parte do Município, o que implicaria um encargo estimado entre 1,8 e 2 milhões de euros — valor considerado incomportável para o orçamento municipal.

Sublinhou que a proposta em análise prevê um esforço financeiro na ordem dos 800 mil euros, reconhecendo tratar-se de um montante significativo, mas que permite, ainda assim, assegurar apoio aos grupos mais vulneráveis. Destacou, em particular, que os cidadãos em situação de maior carência social continuam a beneficiar de um apoio quase integral, o que considerou fundamental.

Relativamente a algumas críticas apresentadas, referiu que, embora comparativamente com propostas anteriores possa haver aumentos em certos casos, face à situação mais recente — designadamente no início do ano — verifica-se uma redução, como no caso dos funcionários municipais, cujo encargo mensal diminui de 30 para 15 euros.

O Sr. Vereador agradeceu ainda as intervenções consideradas construtivas e equilibradas por parte de vários grupos políticos, sublinhando que o sistema se encontra numa fase inicial, exigindo acompanhamento e avaliação contínua, nomeadamente quanto à sua sustentabilidade financeira.

Concluiu afirmando dois princípios orientadores da atuação do Executivo: por um lado, o compromisso com a intermodalidade e a melhoria do sistema de transportes; por outro, a convicção de que os serviços não devem ser totalmente gratuitos, devendo existir uma partilha equilibrada de encargos entre o Município e os utilizadores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº 16/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria** de 26 votos a favor (22-PS; 2-PAN; 2-L), 22 votos contra (11-PSD; 3-NC; 3-CDS-PP; 2-CDU; 1-PPM; 1-IL; 1-BE) e 3 abstenções (3-CH;), aprovar a aplicação das seguintes bonificações tarifárias específicas a títulos intermodais, distintos do tarifário monomodal, devidamente enquadradas em contrato-programa a celebrar com a AGIT:

Tipologia de título	Valor de venda ao público	Valor de bonificação
Estudante – dirigido a estudantes do ensino superior não abrangidos pela Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 307-A/2024/1, de 28 de novembro, que estabelece a gratuidade do passe para jovens;	15,00€	15,00€
3.ª Idade Reformado / Pensionista – tarifa social aplicável a munícipes com idade igual ou superior a 65 anos, bem como a reformados ou pensionistas;	20,00€	10,00€
Apoio Social + – destinado a utentes em situação de maior fragilidade socioeconómica;	1,00€	29,00€
Funcionário Municipal – título atribuído aos trabalhadores do Município;	15,00€	15,00€
Aposentado Municipal – destinado a ex-trabalhadores municipais aposentados;	15,00€	15,00€
Consigo + – aplicável a beneficiários do Rendimento Social de Inserção (não extensível ao agregado familiar) ou a desempregados de longa duração (inscritos há um ano ou mais);	1,00€	29,00€
Bombeiros Voluntários – título dirigido aos voluntários das corporações de bombeiros do concelho.	15,00€	15,00€

Aprovar a minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município de Coimbra e a AGIT E.I.M., S.A., referente ao período de abril a dezembro de 2026, destinada a compensar os encargos decorrentes da aplicação das bonificações tarifárias intermodais, nos termos do artigo 47.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

5. Proposta de transformação da Companhia de Bombeiros Sapadores num Batalhão de Bombeiros Sapadores de Coimbra

5.1. Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal 2026 e ao regulamento de organização dos serviços da Câmara Municipal de Coimbra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Carlos Clemente (PS)

Referiu que a sua intervenção incidia sobre a proposta aprovada pelo Executivo relativa à alteração da designação da Companhia de Bombeiros Sapadores para Batalhão de Bombeiros Sapadores de Coimbra.

Sublinhou o notável trabalho, a prontidão e a capacidade de resposta demonstrados pelos três corpos de bombeiros do concelho — Bombeiros Voluntários de Coimbra, Bombeiros Voluntários de Brasfemes e Bombeiros Sapadores de Coimbra —, cujo desempenho considerou extraordinário.

Destacou igualmente o trabalho desenvolvido pelos diversos serviços, divisões e departamentos da Câmara Municipal, salientando, em particular, o empenho, dedicação e competência demonstrados pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Professora Ana Abrunhosa, pelo Senhor Vereador Ricardo Lino e pela Coordenadora Municipal de Proteção Civil, Andreia Rodrigues, bem como por todos os que colaboraram nestes momentos exigentes.

Considerou que as recentes calamidades reforçam a necessidade de dispor de corpos de bombeiros fortes, coesos e devidamente equipados, salientando que, num contexto de alterações climáticas, estes fenómenos tenderão a tornar-se mais frequentes e intensos, exigindo uma evolução contínua na capacidade de resposta em matéria de emergência e socorro.

Concluiu que a elevação dos Bombeiros Sapadores à categoria de batalhão permitirá reforçar a eficácia operacional e a capacidade de intervenção, sendo os benefícios evidentes e, atendendo ao reduzido impacto financeiro, uma medida necessária e justificada, não se vislumbrando alternativa que não seja a sua aprovação por esta Assembleia.

Intervenção do Deputado Municipal João Pedrosa (CH)

Referiu que a decisão em análise representa mais do que uma simples alteração de designação, tratando-se de devolver autoridade e dignidade a uma instituição com 244 anos de história, distinguida com a Ordem da Torre e Espada.

Sublinhou que a criação do Batalhão de Bombeiros Sapadores não constitui um capricho administrativo, mas antes uma necessidade operacional urgente, um ato de justiça para com uma das corporações mais antigas do país e um passo fundamental para a segurança dos coimbricenses.

Alertou para as limitações existentes ao nível da estrutura hierárquica, nomeadamente a ausência de um segundo comandante e de um estado-maior funcional, considerando que uma força sem cadeia de comando completa se encontra fragilizada, o que não deve ser permitido quando está em causa a segurança da população.

Destacou ainda que o concelho de Coimbra enfrenta mais de 8.600 ocorrências por ano, num contexto de crescente risco urbano e exigência técnica, defendendo que a criação do batalhão permitirá reforçar a capacidade da proteção civil, bem como criar condições para a existência de uma escola de formação própria, valorizando a carreira dos bombeiros sapadores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Relativamente ao impacto financeiro, referiu que o documento indica tratar-se de um custo reduzido e devidamente cabimentado, defendendo uma gestão mais eficiente dos recursos existentes, com foco na componente operacional.

Concluiu que esta medida permitirá colocar Coimbra ao nível de outras cidades, garantindo melhores condições de trabalho, respeito pela hierarquia e uma estrutura mais adequada às exigências atuais, manifestando posição favorável à proposta.

Intervenção da Deputada Municipal Ana Graveto (IL)

Referiu que existem temas na política em que as diferenças ideológicas são relevantes, mas há outros em que o essencial é garantir que o Estado cumpre uma das suas funções mais básicas: a proteção de pessoas, bens e territórios.

Neste contexto, considerou que a proposta em discussão — a elevação da Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra a Batalhão — vai precisamente nesse sentido.

Sublinhou tratar-se de uma corporação com mais de dois séculos de história ao serviço da cidade, que atualmente responde a um território complexo, marcado por riscos naturais, industriais e urbanos cada vez mais exigentes. Acrescentou que, nos últimos anos, se tem verificado um aumento significativo do número de ocorrências, exigindo maior capacidade de organização, comando e planeamento.

Referiu ainda que esta decisão surge tardiamente, admitindo que poderia ter sido tomada mais cedo, mas salientando que, ainda assim, representa finalmente a opção correta.

Defendeu que o reforço da estrutura dos bombeiros não é uma questão simbólica, mas sim uma questão de preparação, profissionalismo e respeito por quem está na linha da frente em situações de emergência.

Concluiu informando que a Iniciativa Liberal votará favoravelmente a proposta, sublinhando que, em situações de emergência, o essencial é garantir que os bombeiros estão devidamente preparados, algo que considera ser motivo de orgulho para Coimbra.

Deliberação nº 17/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade** aprovar a transformação da atual Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra no Batalhão de Bombeiros Sapadores de Coimbra, nos termos e com os fundamentos enunciados da Informação n.º 17814 de 25/02/2026 da respetiva Unidade Orgânica e o desencadeamento do procedimento de alteração do Regulamento Interno da Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra (Edital n.º 60/2028).

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº 18/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, *aprovar* a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Coimbra para o ano de 2026 e o regulamento de organização dos serviços da Câmara Municipal de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

6. Contrato de Subconcessão de uso privativo de uma área onde se insere o Edifício de Passageiros (ID 4053) da Estação Nova, em Coimbra, no Ramal da Lousã, do domínio público ferroviário

Intervenção do Deputado Municipal Luís Silva (PS)

Começou por referir que a questão da subconcessão já havia sido anteriormente abordada.

Sublinhou que, embora o processo ainda se encontre numa fase inicial, era essencial encontrar uma solução para o edifício da Estação Nova, destacando o seu carácter central e emblemático na cidade de Coimbra.

Defendeu que as melhores soluções passam por modelos de gestão descentralizados, próximos das populações e do território, considerando, por isso, adequado que essa responsabilidade seja assumida pelo município, entendendo que o passo agora dado segue essa orientação.

Salientou o potencial do edifício para se transformar num projeto multifacetado, integrando valências culturais, turísticas, formativas e empresariais, bem como espaços interativos, permitindo uma utilização diversificada.

Acrescentou que o objetivo deverá ser tornar a Estação Nova um espaço útil e atrativo tanto para turistas como para os cidadãos de Coimbra, reforçando o seu papel como espaço de dinamização urbana.

Por fim, destacou a localização privilegiada do edifício, no coração da cidade e próximo do rio, considerando que este poderá afirmar-se como uma verdadeira porta de entrada de Coimbra, contribuindo para a valorização e dignificação de um espaço único.

Intervenção do Deputado Municipal Ricardo Lopes (PSD)

Assinalou tratar-se da primeira intervenção que realizava sobre este tema no atual mandato, aproveitando a ocasião para felicitar o novo Conselho de Administração do IPARC, bem como para agradecer o reconhecimento público do trabalho anteriormente desenvolvido, por parte da Senhora Presidente da Câmara, Ana Abrunhosa, e do Senhor Vice-Presidente, Miguel Antunes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Referiu que, apesar do trabalho realizado no passado, muito ficou ainda por concretizar, não sendo aquele o momento para um balanço detalhado, mas destacando a continuidade de algumas linhas estratégicas.

Enquadrando a proposta em discussão, salientou que o aproveitamento do edifício da Estação Nova integra também a componente da iniciativa Coimbra iParque/Gol Coimbra, associada ao desenvolvimento económico, à inovação e à atração de investimento.

Considerou que esta vertente é essencial para o futuro da cidade, defendendo a criação de condições que permitam fixar jovens, nomeadamente os milhares de estudantes que concluem anualmente o ensino superior em Coimbra.

Sublinhou ainda a importância de uma estrutura de gestão adequada nas entidades municipais, referindo como positiva a existência de dedicação a tempo inteiro na administração, como forma de garantir maior eficácia.

Concluiu manifestando apoio à proposta, entendendo que a valorização da Estação Nova com uma componente ligada ao desenvolvimento económico, inovação e atração de investimento constitui uma mais-valia para a cidade.

Intervenção da Presidente da Assembleia Municipal

Agradeceu a intervenção, sublinhando que o desafio de fixar jovens em Coimbra, incluindo as gerações futuras, é, de facto, central para o desenvolvimento do concelho. De seguida, concedeu a palavra ao Deputado Paulo Seco.

Intervenção do Deputado Municipal Paulo Seco (CH)

Procedeu à análise dos documentos relativos ao contrato de subconcessão da Estação Nova, destacando o enquadramento estratégico da proposta, nomeadamente a cedência de mais de 5.000 metros quadrados de domínio público ferroviário à Câmara Municipal de Coimbra, incluindo o edifício de passageiros do ramal da Lousã.

Salientou que este ativo, desativado desde o encerramento da linha, representa uma oportunidade relevante de reabilitação, com potencial nas áreas do desenvolvimento económico, cultural e social, em linha com estudos urbanísticos anteriormente desenvolvidos.

Referiu ainda o valor patrimonial e simbólico da estação, considerando que a sua requalificação poderá contribuir para a reaproximação da cidade ao Rio Mondego e para o reforço da centralidade urbana.

Considerou a proposta globalmente viável, sublinhando, contudo, a importância de um horizonte temporal alargado — mínimo de 50 anos — que permita a adequada amortização dos investimentos públicos e privados, defendendo uma requalificação faseada e sustentável.

Assinalou que a deliberação da Câmara Municipal, aprovada por maioria em fevereiro de 2026, se encontra condicionada à revisão orçamental n.º 2, o que, no seu entender, demonstra prudência financeira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Alertou, no entanto, para o facto de a subconcessão implicar compromissos plurianuais, exigindo rigor na gestão orçamental, de forma a evitar impactos negativos futuros.

Concluiu colocando uma questão ao Executivo, no sentido de saber de que forma será garantido o financiamento do investimento inicial sem comprometer outros projetos prioritários, nomeadamente na área da mobilidade urbana, tendo em conta as limitações orçamentais e o risco de atrasos na execução.

Intervenção do Deputado Municipal Fernando Teixeira (CDU)

Referiu que a proposta aponta para a criação de um hub de dinamização económica na Estação Nova, considerando, no entanto, que o próprio edifício, pela sua natureza ferroviária, já constitui, por si só, um elemento estruturante de desenvolvimento económico, pelo que questionou a necessidade desta nova abordagem.

Neste sentido, reiterou a posição da CDU de condenação do processo de encerramento da linha ferroviária, rejeitando a perspetiva de que o desenvolvimento económico deva assentar em modelos de “hubs”, em detrimento do reforço dos transportes coletivos.

Apontou ainda duas preocupações relativamente à minuta apresentada: por um lado, a orientação para atividades de natureza económica e turística e, por outro, a possibilidade de o município vir a ceder a terceiros, total ou parcialmente, a gestão do edifício.

Acrescentou que esta proposta, em conjugação com a suspensão parcial do Plano Diretor Municipal anteriormente aprovada pelo Executivo, poderá abrir caminho à especulação imobiliária, sob o argumento da reconciliação da cidade com o rio.

Alertou, por fim, que os terrenos em causa são particularmente atrativos do ponto de vista imobiliário e que eventuais alterações às regras urbanísticas poderão facilitar o aumento da edificabilidade, potenciando processos especulativos.

Concluiu manifestando preocupação com estas opções e com os seus possíveis impactos no ordenamento do território e no interesse público.

Intervenção da Deputada Municipal Maria João Paixão (BE)

Referiu que a situação da Estação Nova constitui um exemplo paradigmático de opções que contrariam as melhores práticas internacionais no que respeita à ligação ferroviária aos centros urbanos, ressaltando, contudo, que essa realidade não é da responsabilidade do atual Executivo.

Sublinhou que a responsabilidade do Executivo reside, por um lado, na opção de instalar no edifício uma agência dedicada à captação de investimento, questionando a necessidade de mais uma entidade com essas funções na cidade, e, por outro, naquilo que considerou ser alguma falta de transparência na comunicação do processo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Referiu, em particular, que na documentação disponibilizada surge a menção a uma empresa que, entretanto, terá desmentido publicamente a intenção de se instalar naquele espaço, o que, no seu entendimento, levanta dúvidas e exige esclarecimentos.

Defendeu, por isso, a necessidade de maior transparência, clareza e rigor na informação prestada, bem como de um processo mais participado, envolvendo os cidadãos e promovendo o diálogo em torno de projetos estruturantes para a cidade.

Concluiu reiterando a importância de aprofundar a participação democrática e a transparência na tomada de decisões.

Intervenção da Deputada Municipal Ana Graveto (IL)

Referiu que a Estação Nova foi, durante décadas, uma das principais portas de entrada da cidade, lamentando que, nos últimos anos, se tenha tornado sobretudo um símbolo de abandono no centro de Coimbra.

Considerou que a proposta em discussão visa inverter essa realidade, através da reabilitação do edifício e da sua reintegração na dinâmica urbana, num projeto que articula património, inovação, atividade económica e espaço público, tornando a zona mais atrativa.

Destacou que, com um investimento estimado que poderá atingir os 16 milhões de euros e um horizonte de utilização de 50 anos, se está perante uma oportunidade relevante para reativar aquela área da cidade, o que, no seu entendimento, justifica o apoio à proposta.

Assinalou, no entanto, que Coimbra tem, por vezes, a tendência de valorizar os projetos sem garantir a sua concretização em tempo útil, alertando para a necessidade de evitar atrasos.

Concluiu sublinhando que a cidade não necessita de mais apresentações ou planos, mas sim de resultados concretos, defendendo que a Estação Nova deve voltar a ser um espaço vivo e funcional, manifestando o desejo de que a proposta avance.

Intervenção da Presidente da Câmara Municipal

Começou por referir que, na reunião de Câmara, foi efetuada a correção relativa à menção de uma empresa constante na documentação, tendo essa retificação ficado registada em ata. Esclareceu que o nome da empresa foi retirado, tendo essa alteração sido, inclusive, condição para a aprovação por unanimidade, e que tal ocorreu sem qualquer constrangimento.

Relativamente às preocupações levantadas sobre o ordenamento do território, sublinhou que está em causa a reabilitação de um edifício classificado, não sendo possível, nem estando previsto, o aumento de volumetria. Esclareceu ainda que a suspensão parcial do Plano Diretor Municipal incide apenas sobre normas específicas, mantendo-se em vigor todas as restantes disposições legais, designadamente as relativas à proteção do património.

Quanto ao financiamento do projeto, referiu que já existem candidaturas aprovadas com recurso a fundos comunitários, estando alguns projetos inicialmente sem enquadramento territorial a ser agora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

integrados na Estação Nova, nomeadamente iniciativas de carácter cultural e turístico, como um projeto imersivo.

Destacou igualmente a continuidade da estratégia associada à iniciativa Coimbra iParque/Gol Coimbra, aproveitando para reconhecer o trabalho desenvolvido pela anterior administração do IPARC, sublinhando que os sucessivos executivos devem dar continuidade ao que consideram positivo, introduzindo melhorias sempre que necessário.

Deliberação nº 19/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou **por maioria** de 48 votos a favor (22-PS; 11-PSD; 3- NC; 3-CDS-PP; 3-CH; 2-PAN; 2-L; 1-IL; 1-PPM), 1 voto contra (1- BE) e 2 abstenções (2-CDU), aprovar a autorização para a celebração do contrato entre a Câmara Municipal de Coimbra e a IP Património - Administração e Gestão Imobiliária, S.A., para subconcessão de uso privativo de uma área total de 5286 m2 onde se insere o Edifício de passageiros (ID 4053) da Estação Nova, em Coimbra, no Ramal da Lousã, do domínio público ferroviário nos termos e para os efeitos do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei 75/2023, de 12 de setembro, bem como à autorização da assunção de compromissos plurianuais.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

7. Contrato de Cedência em Direito de Superfície do Terreno designado por “Campo de Aviação Bissaya Barreto”, entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e o Município de Coimbra - Minuta de contrato

Intervenção da Deputada Municipal Lara Figueiredo (NC)

Referiu que o contrato de cedência do direito de superfície do aeródromo municipal Bissaya Barreto constitui, sem dúvida, um passo importante para o futuro desta infraestrutura e para o posicionamento de Coimbra no setor aeronáutico regional.

Contudo, precisamente por estarmos perante uma decisão de natureza estrutural e de longo prazo, é fundamental garantir que o enquadramento jurídico deste contrato não venha a limitar o potencial de desenvolvimento do aeródromo.

Após análise da minuta, subsiste a dúvida sobre se está devidamente salvaguardada a possibilidade de entrada de investimento privado no desenvolvimento desta infraestrutura. A redação parece admitir algumas formas de cedência ou exploração por terceiros; todavia, não estabelece de forma clara e inequívoca a possibilidade de constituição de direitos ou de realização de investimentos estruturantes por entidades privadas, nomeadamente na construção de hangares, instalações técnicas ou outras infraestruturas aeronáuticas.

Essa clareza é essencial. Quando se pretende atrair investimento, fomentar a inovação e dinamizar a atividade económica, a segurança jurídica não pode ficar dependente de interpretações extensivas ou de cláusulas dispersas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Também a questão do prazo merece reflexão. Um horizonte de 50 anos poderá ser suficiente para uma gestão municipal corrente, mas pode revelar-se limitado quando estão em causa investimentos estruturantes, associados a financiamento e a períodos de amortização de longo prazo.

Se se pretende que o aeródromo seja mais do que uma simples infraestrutura municipal — afirmando-se como um verdadeiro ativo regional, capaz de atrair empresas, formação e inovação aeronáutica — então o enquadramento jurídico deve refletir claramente essa ambição.

Assim, sem prejuízo da aprovação da minuta em apreço, parece prudente que os serviços jurídicos confirmem se o contrato, tal como se encontra redigido, permite efetivamente a entrada de investimento privado e a constituição de direitos de superfície ou outras formas de utilização por terceiros, em coerência com o regulamento do aeródromo que se encontra em preparação.

Porque, em projetos desta natureza, a diferença entre um potencial estratégico e uma oportunidade perdida reside, muitas vezes, em detalhes jurídicos.

Intervenção do Deputado Municipal Fernando Duque (CDS)

Referiu que, relativamente ao contrato de cedência em direito de superfície do Campo de Aviação Bissaya Barreto, importa ir além da mera formalização jurídica, tratando-se de uma questão de natureza estratégica.

Salientou que, se o contrato visa dotar o Município de condições para gerir, investir, ampliar, requalificar e explorar a infraestrutura com estabilidade, se impõe questionar qual a visão do Executivo para o aeródromo no horizonte 2030-2035.

Questionou se existe um plano estratégico ou plano diretor funcional para a infraestrutura, bem como um calendário de investimento faseado, com prioridades definidas. Inquiriu ainda sobre quais as valências que o Município pretende reforçar nos próximos anos e se estão previstas intervenções de requalificação e ampliação nas áreas identificadas no processo, designadamente hangares, oficinas, áreas de estacionamento, plataformas logísticas, depósitos de combustível, acessibilidades, estacionamento e serviços complementares.

Perguntou igualmente se o Executivo se encontra a trabalhar no reforço operacional da infraestrutura, nomeadamente ao nível da segurança, logística, capacidade de resposta e novas valências associadas à proteção civil e ao socorro.

Mais questionou se existe um estudo de viabilidade económica atualizado e um modelo de financiamento definido, incluindo eventual recurso a fundos nacionais ou comunitários, tendo em conta que o processo reconhece que a ausência de um título jurídico estável vinha condicionando esse percurso.

Referiu não estar em causa a criação de expectativas irrealistas, mas antes a necessidade de perceber se o Município pretende manter a infraestrutura numa lógica de gestão corrente ou se existe uma estratégia de qualificação efetiva, articulando ambição, utilidade pública e visão regional.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Sublinhou tratar-se de uma infraestrutura com relevância para a proteção civil, socorro às populações, combate a incêndios rurais, apoio a emergências médicas, instrução aeronáutica e outras atividades conexas.

Concluiu questionando se existe uma visão estratégica definida para o aeródromo, com objetivos, fases, prioridades e financiamento, ou se apenas se está a criar um enquadramento jurídico sem definição clara do seu futuro, acrescentando que a valorização de infraestruturas desta natureza exige visão, planeamento e execução, devendo a decisão ser acompanhada de um compromisso político claro quanto ao seu desenvolvimento.

Intervenção da Deputada Municipal Ana Martins (CH)

Referiu que o ponto em análise visa conferir enquadramento jurídico a uma realidade que, na prática, já existe há vários anos, uma vez que o Aeródromo Municipal Bissaya Barreto tem vindo a ser gerido pelo Município de Coimbra, embora o terreno pertença à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Esclareceu que o instrumento proposto consiste na constituição de um direito de superfície gratuito, em regime de exclusividade, pelo prazo de 50 anos, sublinhando tratar-se de uma decisão que ultrapassa largamente os ciclos políticos e que compromete o Município por um período significativo.

Destacou que está em causa uma infraestrutura com relevância para o concelho e para a região, nomeadamente no apoio à proteção civil e ao combate a incêndios, recordando que o Município já suporta um encargo anual na ordem dos 300 mil euros com a sua manutenção e funcionamento.

Referiu que o contrato confere estabilidade jurídica, mas simultaneamente define um modelo em que o Município assume os encargos de funcionamento, manutenção e investimento, mantendo-se a propriedade do terreno na entidade cedente.

Acrescentou que qualquer intervenção estrutural fica dependente de autorização do proprietário do terreno, bem como que o contrato impede a constituição de ónus ou encargos sobre o imóvel, o que poderá condicionar os instrumentos de financiamento de futuros investimentos.

Sublinhou que, não estando em causa a legalidade do instrumento, decisões com um horizonte temporal de 50 anos exigem mais do que estabilidade jurídica, requerendo igualmente uma visão estratégica.

Nesse sentido, considerou essencial que o processo seja acompanhado por um plano claro de desenvolvimento da infraestrutura, pela identificação de fontes de financiamento externas e pela definição de mecanismos de avaliação periódica do investimento público realizado.

Concluiu reconhecendo o potencial do Aeródromo Bissaya Barreto, mas salientando que esse potencial, por si só, não é suficiente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da Presidente da Assembleia Municipal

Referiu não haver mais inscrições para uso da palavra, propondo que se passasse ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, realizando-se posteriormente as duas votações de forma separada, com validação prévia das presenças.

Acrescentou que tal procedimento permitiria maior eficiência nos trabalhos, não tendo sido manifestada oposição.

Informou ainda que, antes de prosseguir, concederia a palavra à Senhora Presidente da Câmara, após o que se passaria ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Intervenção da Presidente da Câmara Municipal

Agradecendo as intervenções efetuadas e sublinhando, em particular, a pertinência das duas últimas, referindo subscrever integralmente o respetivo conteúdo.

Salientou a importância de garantir a legitimidade necessária para intervir e desenvolver o projeto, informando que o masterplan para o aeródromo se encontra já em fase de elaboração.

Esclareceu que o objetivo do Executivo é afirmar o aeródromo como uma infraestrutura de carácter internacional, estando previstas intervenções no valor superior a um milhão de reais, equivalente a cerca de 500 mil euros, destinadas a assegurar a manutenção da certificação e a continuidade da atividade.

Informou ainda que se encontra em desenvolvimento uma zona livre tecnológica associada à infraestrutura, com enfoque nas áreas empresarial, de proteção civil e de formação.

Relativamente ao prazo de 50 anos, referiu que a fundamentação já havia sido apresentada em reunião de Câmara pelo Senhor Vereador Francisco Veiga, encontrando-se registada em ata, tratando-se de uma questão anteriormente analisada por anteriores executivos, sem que tivesse sido concluído o respetivo processo.

Acrescentou que o Município se encontra, finalmente, em condições de valorizar esta infraestrutura estratégica, podendo inclusive potenciar sinergias com o IPARC e outras áreas envolventes.

Sublinhou que a concretização do masterplan implica necessariamente a participação de entidades privadas, nomeadamente escolas de aviação, empresas de manutenção, operadores de drones e outras atividades associadas ao setor.

Referiu ainda que a entidade responsável pela elaboração do masterplan está a auscultar diversos intervenientes relevantes, incluindo entidades especializadas e organismos como o INEM, entre outros ligados às áreas referidas.

Por fim, assinalou que o atual Executivo se encontra em funções há cerca de quatro meses, tendo um desses meses sido marcado por uma situação de calamidade, o que condicionou o avanço do processo, manifestando, contudo, total disponibilidade para, oportunamente, discutir o masterplan com os membros da Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

8. Contrato de “Concessão de parcela de Terreno e de Prédio Urbano para Reabilitação da Piscinas de Celas e Construção, Concessão e Exploração do Centro Desportivo Integrado de Celas/Reabilitação do Campo Municipal da Arregaça” – Proposta de alteração da redação

Intervenção do Deputado Municipal Luís Silva (PS)

Referiu, de forma breve, que o contrato original foi celebrado em 2021 e que, volvidos cinco anos, existe uma urgência efetiva na resolução da situação.

Salientou a importância das intervenções quer no Campo da Arregaça, quer na Piscina de Celas, tratando-se de equipamentos que necessitam dessas obras, destacando, em particular, a situação da Piscina de Celas, que considerou ser especialmente preocupante.

Sublinhou que se trata de infraestruturas essenciais, sendo necessário garantir que as soluções previstas sejam concretizadas.

Referiu ainda como positivo o facto de ter sido finalmente estabelecido um prazo para o promotor cumprir a contrapartida a que está obrigado, no valor de 1,2 milhões de euros, bem como a solução encontrada, que permite que a execução da obra seja assumida pela Câmara Municipal, ultrapassando assim os constrangimentos anteriormente verificados.

Concluiu destacando a importância da definição de um prazo concreto, permitindo aferir do cumprimento efetivo do compromisso assumido, saudando a agilidade demonstrada na adaptação do modelo de execução e o estabelecimento de condições que possibilitem a concretização do projeto.

Intervenção do Deputado Municipal João Pedrosa (CH)

Referiu que a deliberação em análise apresenta uma fundamentação jurídica detalhada para a modificação do contrato.

Salientou que, nos termos da Lei n.º 75/2013, compete à Câmara Municipal deliberar sobre a administração e gestão de bens imóveis do património municipal, bem como assegurar a sua valorização e promover, gerir e requalificar a rede de equipamentos desportivos municipais.

Indicou que a proposta de alteração — concretamente, a substituição da obrigação de realização de obra por pagamento em numerário — se encontra sustentada em diversas disposições do Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008), designadamente nos artigos 301.º, n.º 1, alínea a), 312.º, alínea b), 314.º, n.º 2, e 313.º, n.º 1.

Referiu ainda que a análise jurídica interna conclui pela admissibilidade legal da alteração, por salvaguardar o interesse público na continuidade da concessão, permitindo que a obrigação em espécie seja substituída por uma prestação pecuniária equivalente.

Acrescentou que, desta forma, se mantém o equilíbrio económico do contrato, protegendo o erário público e garantindo, por um lado, a reabertura da Piscina de Celas aos munícipes com a maior brevidade possível e, por outro, que a contrapartida financeira contribua para a execução e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

requalificação do Campo da Arregaça, de forma integrada na Unidade de Execução Arregaça Nascente, já planeada pelos serviços técnicos.

Intervenção do Deputado Municipal Manuel Rocha (CDU)

Referiu que a situação em análise configura uma intervenção pontual no parque desportivo, o qual, no seu entendimento, exige um reforço do empenho municipal.

Salientou que o concelho dispõe de um tecido desportivo alargado, quer ao nível da propriedade municipal, quer, em especial, ao nível do movimento associativo, que saudou, considerando, contudo, que o parque desportivo municipal tem vindo a perder dinamismo e expressão, não acompanhando as necessidades crescentes de investimento, valorização e acesso à prática desportiva.

Recordou intervenções anteriores, designadamente nos terrenos do Vale das Flores, manifestando preocupação quanto à forma como determinadas soluções têm sido concretizadas e às respetivas contrapartidas.

Defendeu a necessidade de existência de um plano municipal de desporto, bem como de um plano municipal de cultura, garantindo coerência estratégica na gestão destas áreas.

Concluiu referindo que intervenções pontuais, ainda que possam aparentar vantagens imediatas, podem traduzir-se, na sua perspetiva, num empobrecimento do património, o qual deve ser gerido de forma integrada e colocado ao serviço dos cidadãos.

Deliberação nº 20/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou **por maioria** de 48 votos a favor (22-PS; 11-PSD; 3- NC; 3-CDS-PP; 2-CDU; 2-PAN; 2-L; 1-BE; 1-IL; 1-PPM) e 3 abstenções (3-CH), aprovar o contrato para a cedência em direito de superfície do terreno designado por “Campo de Aviação Bissaya Barreto”, entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e o Município de Coimbra, nos termos da alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Deliberação nº 21/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou **por maioria** de 46 votos a favor (22-PS; 11-PSD; 3- NC; 3-CDS-PP; 3-CH; 2-PAN; 2-L;) 3 votos contra (2-CDU; 1-PPM) e 2 abstenções (1-BE; 1-IL), aprovar nos termos dos artigos 311.º, 312.º e 314.º do Código dos Contratos Públicos, a modificação objetiva do objeto do contrato de “Concessão de parcela de terreno e de prédio urbano para reabilitação da Piscina de Celas e construção, concessão e exploração do Centro Desportivo Integrado de Celas/Reabilitação do Campo Municipal da Arregaça”, que não constará a reabilitação do Campo Municipal da Arregaça;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Aprovar a aceitação do pagamento, a favor do Município de Coimbra, do montante correspondente à referida contrapartida, no valor de 1.210.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o qual constituirá receita municipal, a integrar e a afetar de acordo com o planeamento e prioridades definidas pelo Município, que de acordo com o parecer do Departamento Financeiro, a Classificação Orçamental a considerar será 07029999 – Prestações de serviços – outros – outros;

Aprovar que o conteúdo da Cláusula Oitava – Contrapartida, devida pelo concessionário, converte-se no pagamento pecuniário final fixado em 1.210.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Aprovar a alteração da Cláusula vigésima quinta – Gestor para a execução do contrato, do contrato de “Concessão de parcela de terreno e de prédio urbano para reabilitação da Piscina de Celas e construção, concessão e exploração do Centro Desportivo Integrado de Celas/Reabilitação do Campo Municipal da Arregaça”, que por falecimento de Rui Pedro Simões Borges, será designado para a execução do contrato o gestor Nuno Miguel Gonzaga Pessoa Santos Silva (Funcionário n.º 2658) da Divisão de Desporto;

Aprovar a Autorização da formalização da competente modificação objetiva do contrato e aprovação da Minuta nos termos do artigo 98.º do CCP.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

9. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Coimbra e a Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol (AAC/OAF) – Proposta de revisão da minuta

Intervenção do Deputado Municipal Luís Silva (PS)

Informou a Assembleia de que, por integrar os órgãos sociais em funções da Associação Académica de Coimbra, solicitava a sua escusa de participação no debate e na votação do ponto em apreciação, requerendo que tal declaração ficasse registada em ata.

Intervenção da Presidente da Assembleia Municipal

Referiu que assim ficaria registado o pedido anteriormente apresentado, concedendo de seguida a palavra ao Deputado Alexandre Serra.

Intervenção do Deputado Municipal Alexandre Serra (PS)

Referiu que a sua intervenção incidia sobre uma instituição com forte ligação à identidade da cidade, a Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Iniciou por fazer referência a intervenções ocorridas em reunião de Câmara, nomeadamente quanto à alegada celeridade no tratamento do processo pelo atual Executivo, manifestando entendimento de que tal poderá ser interpretado como reconhecimento da eficácia da atuação.

Prosseguiu, referindo que a Académica compete atualmente na Liga 3, caracterizada como uma competição de natureza semiprofissional, expressando a expectativa de que o clube e a cidade regressem a patamares superiores do futebol nacional.

Sublinhou que o contrato em apreciação salvaguarda um conjunto de aspetos que considera conformes com a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, destacando que o mesmo reforça as garantias para o Município, nomeadamente através do aumento e densificação das contrapartidas de interesse público.

Referiu que a entidade beneficiária se compromete a assegurar a formação de jovens, o desenvolvimento do futebol feminino e a dinamização do estádio, incluindo a atração de atividades económicas, contribuindo para a utilização regular do equipamento.

Comparou com o contrato anteriormente celebrado, referindo que este previa apenas a realização de obras de conservação como contrapartida.

Relativamente à realização de eventos, designadamente concertos no Estádio Cidade de Coimbra, afirmou que tal possibilidade não se encontrava vedada anteriormente, considerando tratar-se de uma utilização legítima e juridicamente enquadrada, desde que cumpridas as obrigações contratuais, incluindo a comunicação prévia ao Município.

Quanto à necessidade de parecer jurídico, considerou não se justificar a sua renovação, tendo em conta a existência de parecer anterior e a ausência de alterações legislativas relevantes, referindo, nesse âmbito, o parecer elaborado pelo Professor Doutor Pedro Costa Gonçalves, o qual sustenta a admissibilidade da cedência e exploração do equipamento, desde que asseguradas as obrigações de interesse público.

Concluiu referindo que o atual Executivo deu cumprimento a compromissos assumidos, valorizando a concretização das medidas apresentadas.

Intervenção do Deputado Municipal Ricardo Lopes (PSD)

Referiu tratar-se da última intervenção que tinha prevista, incidindo sobre um tema pelo qual manifesta especial ligação, declarando, para efeitos de transparência, ser sócio da Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol desde 1997, tendo exercido funções como conselheiro académico, não detendo atualmente qualquer cargo, pelo que não se encontrava impedido de intervir ou votar.

Comentou a intervenção anterior, referindo que a celeridade dos processos deve ser entendida como positiva, salientando que, no seu entendimento, tal constitui um mérito.

Apontou, contudo, como questão relevante, a ausência de disponibilização de pareceres jurídicos adicionais que, segundo referiu, teriam sido mencionados no decurso do processo, não constando anexos à proposta de revisão do contrato-programa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Declarou que, para o seu grupo municipal, todo o apoio à Associação Académica de Coimbra deve ser valorizado, considerando importante dotar a instituição de melhores condições, designadamente no atual contexto competitivo, manifestando o voto favorável à proposta em apreciação.

Sem prejuízo dessa posição, entendeu que o alargamento do contrato-programa deveria ter sido acompanhado por novo parecer jurídico, deixando essa recomendação.

Referiu ainda que, no âmbito da Assembleia Municipal, foi solicitado parecer jurídico relativamente à matéria em análise, salientando que a responsabilidade perante o Tribunal de Contas difere entre membros da Assembleia e membros do Executivo, no que respeita à aprovação de propostas não acompanhadas de parecer jurídico.

Acrescentou que, no passado, existiram pareceres divergentes sobre matérias semelhantes, incluindo pareceres internos dos serviços municipais e de consultores externos, o que, no seu entendimento, justifica a necessidade de reforço da fundamentação jurídica.

Concluiu reiterando o apoio à proposta, sublinhando a importância da Associação Académica de Coimbra para a cidade e a relevância do contrato-programa para o seu desenvolvimento, mantendo, contudo, a recomendação quanto à obtenção de parecer jurídico adicional.

Intervenção da Deputada Municipal Ana Martins (CH)

Referiu que, ao abordar o Estádio Cidade de Coimbra, importa ter presente que se trata de um equipamento municipal, construído com investimento público e pertencente, em última instância, aos cidadãos.

Referiu ainda, que a cláusula primeira do contrato estabelece a cedência gratuita do direito de utilização do estádio, abrangendo não apenas o relvado, mas também áreas destinadas a atividades comerciais.

Acrescentou que a cláusula terceira permite à entidade concessionária a utilização do estádio para a realização de eventos desportivos, culturais ou musicais, bem como a apropriação das receitas associadas à exploração publicitária, camarotes, bilheteira e exploração comercial dos espaços.

Mencionou ainda que, nos termos da cláusula quinta, relativa à gestão comercial, as receitas provenientes da eventual atribuição de “naming rights” são consideradas contrapartida da gestão atribuída.

Considerou que tal enquadramento pode permitir a exploração comercial do nome do estádio sem que esteja claramente definido o retorno direto para o Município.

Referiu que, embora seja desejável uma maior dinamização do equipamento, um contrato desta natureza deve assegurar equilíbrio e adequada fundamentação jurídica.

Defendeu, nesse sentido, a importância de prever mecanismos de partilha de receitas em determinadas formas de exploração comercial, bem como a realização de avaliações periódicas do impacto económico da gestão para o Município.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Concluiu sublinhando a necessidade de conciliar o apoio ao desporto com a salvaguarda do património público municipal.

Intervenção do Deputado Municipal Manuel Rocha (CDU)

Referiu que a situação em análise exige particular ponderação, atendendo à sua complexidade.

Salientou que está em causa, por um lado, a atribuição de um apoio à Associação Académica de Coimbra e, por outro, a cedência de um instrumento com potencial de exploração económica, o qual, no seu entendimento, deve estar ao serviço do Município e da generalidade das instituições da cidade.

Sublinhou que o concelho não se limita a uma única entidade desportiva, existindo diversas instituições que devem poder usufruir do equipamento, garantindo-se, assim, condições de equidade no acesso e promoção do desporto.

Manifestou a preocupação de que o Estádio Cidade de Coimbra possa constituir um instrumento económico favorável ao Município, enquanto seu proprietário, e simultaneamente um espaço de dinamização desportiva não apenas para a Académica, mas também para outras entidades.

Referiu ainda que, não obstante determinadas infraestruturas, como a pista de atletismo, não estarem abrangidas pelo compromisso em análise, considera essencial assegurar a diversidade de utilização do equipamento, admitindo que a própria entidade concessionária possa desempenhar um papel na promoção dessa utilização alargada.

Intervenção da Deputada Municipal Maria João Paixão (BE)

Referiu que existe consenso quanto à importância da promoção do desporto e à necessidade de assegurar condições à Associação Académica de Coimbra para o exercício da sua atividade.

Esclareceu que a sua intervenção não visava aprofundar o debate em curso, mas antes deixar uma nota enquanto cidadã e deputada municipal.

Referiu que, no âmbito da reunião do Executivo, se verificaram situações que considerou pouco edificantes, lamentando o tom adotado, e entendendo que, para os munícipes que acompanham os trabalhos, seria desejável que as reuniões decorressem com maior tranquilidade e espírito de diálogo.

Defendeu a importância de um debate mais sereno, construtivo e aberto, sublinhando o papel dos membros da Assembleia Municipal na fiscalização da atividade do Executivo.

Concluiu manifestando que, relativamente ao tema em discussão, teria sido desejável um debate mais tranquilo e com menos incidentes.

Intervenção da Presidente da Câmara Municipal

Começou por saudar a intervenção da Senhora Deputada Maria Paixão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Referiu que o Executivo dispõe de um parecer jurídico elaborado por um reputado especialista, o qual serviu de referência para a solução adotada.

Sublinhou que o contrato em apreciação visa garantir novas fontes de receita para a Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol, receitas essas cuja utilização se encontra devidamente prevista no contrato-programa.

Esclareceu que, à semelhança das receitas provenientes de espaços comerciais, também as receitas geradas por eventos culturais no estádio devem ser enquadradas como exploração económica do equipamento, estando sujeitas às regras definidas contratualmente.

Acrescentou que o contrato prevê mecanismos de acompanhamento, incluindo a elaboração de relatórios, permitindo ao Município monitorizar a utilização das receitas, independentemente da existência formal de uma comissão de acompanhamento.

Salientou que a Académica não dispõe de receitas significativas, sendo necessário criar condições para a sua sustentabilidade financeira, no cumprimento da legislação aplicável.

Considerou que a questão em análise é de natureza política, defendendo que a opção do atual Executivo passa por promover a autonomia financeira da instituição, em detrimento de um modelo de dependência.

Referiu ainda que a melhoria das condições do estádio e a ambição desportiva da Académica estão diretamente relacionadas com a capacidade de gerar receitas.

Esclareceu igualmente que o contrato não impede a utilização do estádio por outras entidades, mantendo-se o acesso nos termos já existentes, tendo sido essa informação divulgada publicamente.

Concluiu afirmando que a principal alteração face ao contrato anterior consiste na criação de novas fontes de receita, entendendo tratar-se de uma opção política orientada para o reforço da sustentabilidade da instituição.

Deliberação nº 22/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou **por maioria** de 42 votos a favor (21-PS; 11-PSD; 3-CDS-PP; 2-PAN; 2-L; 1-IL; 1-BE; 1-PPM), 1 voto contra (1-CH) e 7 abstenções (3-NC; 2-CH; 2-CDU), aprovar a minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Coimbra e a Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol (AAC/OAF), bem como autorizar a respetiva celebração e determinar a sua publicitação, nos termos da legislação em vigor.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

10. Plano Municipal de Integração de Migrantes

Intervenção do Deputado Municipal Bruno Pedrosa (L)

Na qualidade de representante da Comissão de Desenvolvimento Social e Humano, informou que a mesma promoveu dois momentos de auscultação pública, envolvendo associações de migrantes, entidades da rede social, especialistas e cidadãos.

Referiu que dessas sessões resultaram contributos relevantes, destacando a necessidade de reforço das políticas de integração nas áreas da educação, da inserção profissional e da interculturalidade, bem como a importância de envolver empresas, escolas, associações e entidades públicas num esforço coordenado.

Sublinhou que a Comissão reconhece que a existência de um plano constitui um passo importante, tendo, contudo, identificado fragilidades ao nível do diagnóstico, da definição de metas e dos mecanismos de monitorização e avaliação.

Informou que o parecer apresentado é favorável, mas acompanhado de recomendações, designadamente o reforço de mediadores interculturais, a melhoria da articulação com escolas e entidades de emprego, a promoção de programação intercultural regular e a preparação de um novo plano mais robusto, com metas e indicadores claros, elaborado em articulação com as instituições da rede social e associações.

Acrescentou que a Comissão recomenda ainda que os representantes da Assembleia Municipal na Assembleia da Comunidade Intermunicipal questionem o ponto de situação dos planos nos restantes municípios e promovam o desenvolvimento de uma estratégia intermunicipal para a integração de migrantes.

Intervenção do Deputado Municipal Luís Silva (PS)

O Deputado usou da palavra, de forma breve, para saudar o trabalho desenvolvido pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Humano e Social, destacando o seu papel enquanto elo de ligação entre a Assembleia Municipal e a comunidade.

Referiu que a atuação da Comissão, assente na auscultação de cidadãos e entidades e na integração dos contributos recolhidos, corresponde plenamente às funções que lhe estão atribuídas.

Salientou que se trata do terceiro relatório apresentado pela Comissão, no qual são identificadas fragilidades no plano municipal, designadamente ao nível do diagnóstico.

Acrescentou que o documento reconhece a necessidade de melhoria em alguns aspetos, sublinhando, contudo, que o plano deve assumir um carácter dinâmico e sujeito a avaliação contínua.

Enfatizou que as realidades associadas às migrações têm evoluído rapidamente, tanto a nível local como nacional, exigindo capacidade de adaptação por parte das políticas públicas, de forma a responder adequadamente às necessidades do concelho e das comunidades envolvidas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Francisco Rodrigues (PSD)

Cumprimentando os presentes, referindo que, na sequência da intervenção anterior, seria breve, apresentando três ideias essenciais.

Em primeiro lugar, salientou que um plano desta natureza deve constituir um verdadeiro instrumento de governação, sendo concreto, executável e mensurável, e não apenas um documento de intenções.

Em segundo lugar, defendeu que, embora a Câmara Municipal deva coordenar o processo, a integração deve concretizar-se em rede, envolvendo instituições locais, associações de migrantes, escolas, empresas e entidades da rede social, considerando que sem corresponsabilização não haverá impacto efetivo.

Em terceiro lugar, referiu que esta matéria deve ser encarada numa lógica estratégica para o concelho, promovendo simultaneamente a integração de quem já reside no território e o desenvolvimento de políticas de atração e fixação de pessoas em áreas essenciais ao desenvolvimento local.

Concluiu reiterando a disponibilidade do seu grupo municipal para apresentar contributos e colaborar de forma construtiva na melhoria do instrumento em análise.

Intervenção da Deputada Municipal Lúcia Santos (NC)

A Deputada usou da palavra, de forma breve, para felicitar a Comissão pelo trabalho desenvolvido, referindo acompanhar as conclusões apresentadas.

Salientou que a realidade demográfica e económica evidencia que a imigração constitui, atualmente, uma componente integrante da vida das cidades, não sendo Coimbra exceção, destacando o contributo dos migrantes para a economia e para a dinâmica social do concelho.

Defendeu que os mesmos devem ser acolhidos com dignidade, através de políticas públicas que promovam uma integração efetiva.

Considerou positiva a existência de um plano municipal para a integração de migrantes, por permitir estruturar a intervenção pública e identificar prioridades, manifestando concordância com as observações apresentadas pela Comissão, nomeadamente quanto à necessidade de aprofundar o diagnóstico e de evoluir para um instrumento mais estruturado, com metas claras e mecanismos de avaliação.

Sublinhou que a integração se concretiza, em particular, através do acesso à habitação, da aprendizagem da língua, do acesso a serviços públicos e da inserção no mercado de trabalho.

Concluiu referindo que votaria favoravelmente o plano, entendendo-o como um ponto de partida, e recomendando o desenvolvimento de uma estratégia mais robusta e operacional, destacando que a integração constitui não apenas uma política social, mas também uma dimensão essencial do desenvolvimento da cidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Hugo Oliveira (CDS-PP)

Saudou o trabalho desenvolvido pela Comissão Permanente e referindo acompanhar algumas das suas conclusões.

Indicou que o seu grupo encara a integração de migrantes com sentido de responsabilidade, realismo e preocupação com a coesão social, sublinhando que a integração é necessária, mas não constitui um processo automático nem meramente administrativo.

Referiu, com base em experiência pessoal, que a integração bem-sucedida implica respeito pela lei, pela cultura e pelos valores fundamentais da sociedade de acolhimento, exigindo um processo de adaptação mútua.

Identificou como fragilidade do plano o seu carácter excessivamente abstrato, com insuficiente concretização, escassez de indicadores de sucesso e ausência de mecanismos robustos de avaliação do impacto nas comunidades.

Acrescentou que o plano não distingue adequadamente diferentes realidades migratórias, defendendo que as políticas devem estar ancoradas na realidade concreta e não assentar em modelos uniformes.

Apontou ainda que o plano evidencia uma lógica predominantemente centrada em direitos e acesso a serviços, considerando que a integração deve assentar igualmente em deveres recíprocos, incluindo o respeito pelos valores fundamentais da sociedade portuguesa.

Referiu a ausência de referência expressiva ao papel das famílias, das comunidades locais e das instituições sociais e religiosas, que considerou relevantes para processos de integração bem-sucedidos, defendendo uma maior valorização do princípio da subsidiariedade.

Manifestou preocupação quanto ao risco de fragmentação social, sublinhando que as políticas de integração devem promover a coesão e o sentimento de pertença, evitando a criação de dinâmicas paralelas.

Concluiu afirmando que, no entendimento do seu grupo municipal, o plano carece de maior exigência, realismo e ancoragem na identidade e coesão da comunidade local, anunciando a abstenção na votação, sem prejuízo de um acompanhamento atento da sua execução.

Intervenção do Deputado Municipal João Pedrosa (CH)

Começou por cumprimentar a Comissão pelo trabalho desenvolvido, referindo, contudo, que o plano apresentado para a integração de migrantes apresenta falhas estruturais que, no seu entendimento, impedem um voto favorável.

Considerou que um plano intermunicipal deve constituir um instrumento de gestão rigoroso e não um documento de intenções de natureza meramente formal.

Fundamentou a sua posição em quatro pontos principais, com base no parecer da Comissão. Em primeiro lugar, apontou fragilidades técnicas ao nível do diagnóstico, referindo que o mesmo não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

reflete adequadamente a realidade do concelho, evidenciando um desfasamento entre a amostra inquirida e os dados censitários.

Em segundo lugar, identificou uma lacuna estrutural, relacionada com a ausência de metas e indicadores de desempenho mensuráveis, bem como de uma definição clara de responsabilidades, acrescentando que a inexistência de um modelo de governação multinível e a não identificação formal de parceiros estratégicos dificultam a monitorização e a responsabilização.

Em terceiro lugar, referiu que o plano privilegia a criação de estruturas de apoio, como balcões e mediadores, em detrimento de uma abordagem centrada na autonomização dos migrantes, nomeadamente ao nível da integração laboral e do cumprimento das normas da comunidade.

Por fim, salientou que o próprio parecer da Comissão reconhece que o plano, na sua forma atual, constitui um ponto de partida insuficiente para responder aos desafios existentes.

Concluiu defendendo que, em vez da sua aprovação, o plano deveria ser retirado para reformulação integral, com vista à elaboração de um novo documento que integre um diagnóstico robusto, metas quantificáveis e uma estratégia de desenvolvimento setorial clara.

Intervenção da Deputada Municipal Marisa Azul (PAN)

Referiu que os migrantes representam atualmente mais de 10% da população portuguesa, salientando que as motivações para a migração podem ser diversas, quer de natureza voluntária, como a procura de melhores oportunidades de trabalho, educação e qualidade de vida, quer de natureza involuntária, associadas a conflitos, violência, dificuldades económicas ou catástrofes naturais.

Saudou o trabalho técnico desenvolvido, destacando que o documento apresenta propostas em áreas consideradas essenciais, como habitação, emprego, saúde, literacia digital e combate à discriminação, adotando uma abordagem participada.

Referiu que o plano constitui um ponto de partida relevante, mas que carece de aprofundamento, valorizando, nesse sentido, o trabalho da Comissão de Desenvolvimento Humano e Social, bem como as recomendações por esta apresentadas.

Defendeu que a preparação de um novo plano deverá assentar num processo de escuta alargado, com mobilização de diversos intervenientes, incluindo organizações da rede social, entidades especializadas e outros atores relevantes na área da integração de migrantes, tanto a nível local como intermunicipal.

Sublinhou a importância de uma política pública de cooperação entre diferentes setores — empresarial, educativo, social e cultural — sustentada nos princípios dos direitos humanos e da justiça social, com vista à promoção de uma inclusão efetiva.

Acrescentou que a Assembleia Municipal, nomeadamente através das suas comissões, deverá acompanhar de forma ativa e contínua a monitorização e avaliação do plano, com base em indicadores públicos.

Concluiu destacando a importância da escuta como instrumento fundamental para promover a integração e o acolhimento das comunidades migrantes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Manuel Rocha (CDU)

Referiu ser positivo que o país aborde as questões da imigração de forma aberta e frontal, reconhecendo a existência de desafios associados a esta realidade.

Manifestou concordância com as intervenções anteriormente proferidas, sublinhando que o plano em análise constitui um ponto de partida, ainda insuficiente e pouco estruturado, para responder adequadamente às necessidades de integração das populações migrantes.

Referiu que a imigração é atualmente uma componente essencial da sociedade, destacando, com base na sua experiência profissional, a importância da diversidade na construção de comunidades coesas.

Utilizou uma analogia com o funcionamento de uma orquestra, defendendo que a integração deve ser trabalhada de forma articulada e harmoniosa, valorizando a diversidade existente.

Concluiu afirmando que, não obstante reconhecer o plano como um ponto de partida, não considera reunidas as condições para um voto plenamente favorável, manifestando, contudo, disponibilidade para contribuir ativamente na construção de um futuro plano mais robusto e eficaz, que promova a coesão e o desenvolvimento da comunidade.

Intervenção da Presidente da Assembleia Municipal

Agradeceu a intervenção anterior, referindo poder testemunhar, na qualidade de participante numa das sessões de debate promovidas pela Comissão, o elevado nível de participação e a pertinência dos contributos recolhidos.

Sublinhou que as recomendações resultantes dessas sessões deverão ser consideradas na execução do plano, designadamente ao nível da definição de metas e da incorporação de dados adicionais que se revelam necessários, reconhecendo, contudo, que o documento em apreciação corresponde ao plano possível no momento.

Informou que, com vista a tornar os trabalhos mais ágeis, se passaria à apreciação do ponto 10 e dos pontos subsequentes, sendo as respetivas votações realizadas no final, de forma separada.

11. Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo de corrupção e infrações conexas do Município de Coimbra

Intervenção do Deputado Municipal Paulo Seco (CH)

Manifestou a sua discordância relativamente à proposta do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Coimbra.

Referiu que, na sua análise, o documento apresentado configura uma atualização essencialmente formal, de natureza descritiva e reativa, não evidenciando medidas concretas nem indicadores mensuráveis de impacto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Sublinhou que, apesar de o plano referir o alinhamento com normas internacionais e apresentar uma categorização de riscos, considera que persistem lacunas ao nível da definição de critérios rigorosos de decisão e de responsabilização individual.

Acrescentou que a monitorização prevista, embora apresentada como contínua, não se distingue, no seu entendimento, das exigências já consagradas na legislação, questionando a existência de inovação efetiva.

Referiu ainda que foram identificados novos riscos, como a fuga de informação e a ineficácia nos mecanismos de denúncia, considerando, contudo, que não são acompanhados de estratégias suficientemente robustas para a sua mitigação.

Manifestou preocupação quanto ao facto de a proposta ter sido aprovada por unanimidade em reunião de Câmara, sem debate que considerou relevante, questionando o impacto prático das alterações face ao plano anterior.

Concluiu questionando de que forma o Município pretende assegurar, através de métricas claras e auditorias independentes, que o plano produza resultados concretos na redução dos riscos de corrupção, defendendo a necessidade de maior eficácia na sua implementação.

Intervenção da Deputada Municipal Ana Graveto (IL)

Referiu que o ponto em discussão respeita ao Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Coimbra, instrumento que visa reforçar os mecanismos de controlo interno e de integridade na administração pública.

Sublinhou que a prevenção da corrupção constitui um objetivo fundamental, destacando a importância de uma atuação orientada para evitar situações de risco.

Acrescentou, contudo, que a transparência não se constrói apenas através de planos e documentos formais, mas sobretudo com o funcionamento eficaz das instituições, com regras claras e com decisões sujeitas a escrutínio.

Manifestou a expectativa de que o plano em apreço não se limite a um exercício formal, mas que produza efeitos práticos, contribuindo efetivamente para a prevenção de riscos.

Concluiu referindo que a eficácia do plano deverá ser aferida pela sua capacidade de prevenir situações de risco, e não apenas de as justificar posteriormente.

Deliberação nº 23/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou **por maioria** de 39 votos a favor (22-PS; 8-PSD; 3-NC; 2-PAN; 2-L; 1-BE; 1-PPM), 3 votos contra (3-CH) e 6 abstenções (3-CDS-PP; 2-CDU; 1-IL), aprovar o Plano Municipal para a Integração de Migrantes.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº 24/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou **por maioria** de 43 votos a favor (22-PS; 8-PSD; 3-NC; 3-CDS-PP; 2-PAN; 2-L; 1-BE; 1-IL; 1-PPM) e 5 abstenções (3-CH; 2-CDU), aprovar o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo de corrupção e Infrações conexas do Município nos termos do disposto da alínea h) no n.º 1 do art.º 25 do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro na sua atual redação.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

12. Licença Precária de uso privativo de terrenos pertencentes ao Domínio Público Rodoviário

Deliberação nº 25/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou **por unanimidade**, aprovar a minuta da Licença Precária de uso privativo de terrenos pertencentes ao Domínio Público Rodoviário, sitos no IC2, entre os KMS 190+180 e 191+000 AL (UF de Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu) 191+010 e 191+106, 192+490 e 192+535 AL e 194+360 e 194+700 LD (UF de Eiras e São Paulo de Frades), no concelho de Coimbra que conferirá ao Município o direito de utilizar, por sua conta e risco, um conjunto 8 (oito) de parcelas de terreno sitas no IC2, entre os KMS 190+180 e 191+000 AL (UF de Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu) 191+010 e 191+106, 192+490 e 192+535 AL e 194+360 e 194+700 LD (UF de Eiras e São Paulo de Frades), com a área total de 26.911 m², pertencentes ao domínio público rodoviário, assinaladas nas plantas em anexo.

Deve considerar-se não escrito o “ponto 3 - Aos valores referidos nos números anteriores, acrescerá o IVA à taxa legal em vigor da “Cláusula Terceira” considerando que o valor mencionado (€ 4.268,00 anuais) é uma taxa, não sujeita a IVA.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

13. AC, Água de Coimbra, EM-Designação do Fiscal Único

Deliberação nº 26/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou , **por maioria** de 45 votos a favor (22-PS; 8-PSD; 3-NC; 3-CDS-PP; 2-PAN; 2-L; 2-CDU; 1-CH; 1-IL; 1-PPM) e 3 abstenções (2-CH; 1-BE), aprovar a designação da empresa Sociedade Piedade, Penacho, Taborda, Baptista & Associados, SCROC, Lda., representada pelo Revisor Oficial de Contas Daniel Martins Geraldo Taborda, ROC n.º 1479 para exercer as funções de Fiscal Único da AC, Águas de Coimbra, EM.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

14. Ata nº 2 Extraordinária /2026, de 16 de janeiro

Deliberação nº 27/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou **por unanimidade**, aprovar a Ata nº 2 Extraordinária /2026, de 16 de janeiro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Intervenção da Presidente da Assembleia Municipal

A Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para agradecer a participação dos Senhores Deputados e das Senhoras Deputadas na sessão, referindo tratar-se de uma reunião longa, iniciada com um momento de pesar.

Expressou um agradecimento especial ao Presidente da Junta de Freguesia, aos elementos da banda, pela preparação da sala, bem como à equipa de apoio à Assembleia Municipal e aos serviços da Câmara Municipal, destacando o empenho e dedicação de todos.

Informou que a banda aguardava para apresentação de momentos musicais, convidando os presentes a assistir.

Intervenção do Presidente da União de Freguesias

Prestou informações sobre os momentos musicais, referindo inicialmente a atuação de instrumentos da família dos metais, designadamente trombones, seguindo-se um ensemble de clarinetes, acompanhado por percussão, pertencente à família das madeiras.

Agradeceu a presença de todos, manifestando disponibilidade para acolher futuras sessões da Assembleia Municipal e destacando o trabalho coletivo da equipa envolvida na organização do evento.

Endereçou ainda agradecimentos à Filarmónica pela cedência e preparação do espaço, bem como aos músicos pela atuação.

Após os momentos musicais, deu-se por encerrada a sessão.

Assinadas e aprovadas as deliberações em minuta e sendo 19:30 horas, a Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão.